

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

JORDANA MARIA LOPES DA CUNHA

**ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE
ANTROPOLÓGICA**

**TERESINA
2017**

JORDANA MARIA LOPES DA CUNHA

**ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE
ANTROPOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGANT da Universidade Federal do Piauí – UFPI como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Antropologia.

Área de Concentração: Patrimônio, Paisagem e Cultura Material.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andrea Lourdes Monteiro Scabello.

**TERESINA
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C972a Cunha, Jordana Maria Lopes da.
Arquivo público do Piauí e patrimônio: uma análise antropológica /
Jordana Maria Lopes da Cunha. – 2016.
98 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) –
Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Andrea Lourdes Monteiro
Scabello.

1. Antropologia. 2. Patrimônio. 3. Arquivo. 4. Piauí. I.Título.

CDD 301.2

JORDANA MARIA LOPES DA CUNHA

**ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE
ANTROPOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGANT da Universidade Federal do Piauí – UFPI como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Antropologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Andréa Lourdes Monteiro Scabello
PPGANT
Presidente

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
CPDOC
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Membro titular

Prof^a. Dr^a. Jóina Freitas Borges
PPGANT
Membro titular

Prof^o. Dr. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
PPGANT
Membro Suplente

Ao Arquivo Público do Piauí

AGRADECIMENTOS

Ao contrário do que aparenta, a escrita desta dissertação não foi um ato solitário. Várias pessoas estiveram presentes, influenciando-a. Alguns mais, outros menos, mas sempre havia alguém.

Agradeço inicialmente à minha mãe, Maria Antônia, por seu apoio constante. Mesmo reclamando e dizendo que é hora de parar e ‘dar um descanso pracabeça’, manteve-se presente.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Andréa Lourdes Monteiro Scabello, pela paciência de ter me recebido em sua residência e ter aguentado várias versões desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI, pela oportunidade dada de desenvolver este estudo e de conhecer um pouco mais a antropologia. Obrigada ao coordenador e a todos os professores do programa.

Aos professores presentes na banca: Prof^o. Dr. Celso Castro, Prof^a. Dr^a. Jóina Freitas Borges e Prof^o Me. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento. Obrigada!

Aos muitos amigos que souberam ouvir pacientemente as lamúrias sobre essa caminhada. Em especial, as amigas Danny e Lily. Juro que vou dar uma folga a vocês. Um dia, quem sabe.

Ao grupo do Facebook, Bolsistas Capes, pelas boas risadas, discussões e tira dúvidas. Participar desse grupo proporcionou enxergar como são tratados aqueles estudantes que buscam uma qualificação e que querem ajudar no desenvolvimento de pesquisas nas variadas áreas do conhecimento. Ainda temos muito a avançar.

E a todas as outras pessoas que enviaram mensagens positivas para que tudo corresse bem. Como cantou Renato Russo: “só estou aberto a quem sempre foi do bem”.

Obrigada!

RESUMO

CUNHA, J. M. L. **Arquivo Público do Piauí e patrimônio:** uma análise antropológica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.

Esta pesquisa visa apresentar um estudo em Antropologia quando o campo é o patrimônio. O objeto patrimonializado é a Casa Anísio Brito, mais conhecida como Arquivo Público do Piauí, que resguarda um conjunto de documentos entendidos como patrimônio do Estado. A noção de patrimônio concebida em nossa sociedade é resultado de uma série de invenções - no sentido proposto por Hobsbawm (2012) - empreendidas pelo Estado, seus interesses e pela noção de tempo que a sociedade Ocidental adota. Dessa forma, surgem instituições gerenciadas pelo aparelho estatal que resguardam objetos, no caso dos museus e documentos, no caso dos Arquivos. Os Arquivos por sua vez, entremeados pela noção patrimonial que lhes motivou o surgimento, seguem uma lógica própria de organização, acesso e difusão documental. Portanto, esta pesquisa tem por foco, revelar que noção de patrimônio é colocada pelo Arquivo Público do Piauí à sociedade piauiense. Para o alcance desse objetivo geral, foi realizada a leitura de obras que versassem sobre teoria arquivística, abordagem contemplada inicialmente neste trabalho. Posteriormente, a bibliografia em torno das discussões sobre patrimônio se fizeram necessárias para a compreensão e importância dada a este fenômeno na sociedade moderna. O método etnográfico baseado na observação participante e na descrição densa proposta por Geertz (1989) foi utilizado a fim de esclarecer sobre o patrimônio emanado do Arquivo Público do Piauí, além da realização de conversas com funcionários do local, que ajudou a revelar características do local. Durante o trajeto da pesquisa, foram realizadas anotações de campo além de documentação fotográfica. Este trabalho espera contribuir para as discussões envolvendo patrimônio, promovendo uma maior visibilidade para o Arquivo Público do Piauí.

Palavras-chave: Antropologia. Patrimônio. Arquivo. Piauí.

CUNHA, J. M. L. **Arquivo Público do Piauí e patrimônio**: uma análise antropológica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

ABSTRACT

This research aims to presents a study in Anthropology when the field is the patrimony. The patrimonialised object is the Casa Anísio Brito, better known as Public Archive of Piauí, that preserves a set of documents understood as patrimony of the State. The patrimony notion conceived in our society is the result of a series of inventions – In this sense proposed by Hobsbawm (2012) - by state development, its interest and the notion of time that western society adopt. In this way, managed institutions emerges by the state apparatus that protect objects, in the case of the museums and documents, in the case of the archives. The archives, in turn, interspersed by the patrimony notion that motivated the emergence, follow a own logic of organization, access and documentary diffusion. Therefore, this research has the focus, reveal that notion of patrimony is placed by the Public Archive of Piauí, to the Piauí society. To reach this general objective, it was made the reading of works that deal with archival theory, initially approach contemplated in this work. Subsequently, the bibliography around the discussions on patrimony became necessary for the understanding and importance given to this phenomenon in modern society. The ethnographic method based on the participant observation and in dense description proposed by Geertz (1989) was used in order to clarify that patrimony emanated from the Public Archive of Piauí, as well as the realization of conversations with local employees, which helped to reveal characteristics of the place. During the research course, field notes were made, further photographic documentation. This work hopes, contribute for the discussions involving patrimony, promoting a greater visibility for the Public Archive of Piauí.

Keyword: Anthropology. Heritage. Public Archive. Piauí.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I – SOBRE A NECESSIDADE DE ARQUIVAR	16
1.1 Pensando o Arquivo historicamente	16
1.2 Histórico da Arquivística no Brasil	23
1.3 Repensando o Arquivo e seus elementos	26
II - ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO	32
2.1 A produção do discurso patrimonial.....	32
2.2 O patrimônio e a formação da Memória.....	37
2.3 Patrimônio documental: o documento arquivístico	41
III – CASA ANÍSIO BRITO	45
3.1 Entre contradições: localizando o Arquivo do Piauí	46
3.2 Conhecendo o Arquivo Público.....	49
3.3 – Entrando no campo: a visão de dentro.....	53
3.3.1 O pessoal	56
3.3.2 O espaço do Arquivo	57
3.3.2.1 A Biblioteca de Apoio	62
3.3.2.2 A Recepção.....	64
3.3.2.3 A Sala de Pesquisa.....	66
3.3.2.3.1 O olhar que vem de fora: os usuários do Arquivo.....	68
3.3.2.4 A Fototeca	70
IV – QUE PATRIMÔNIO É ESSE?	73
4.1 Abrindo os fundos da memória piauiense	73
4.2 A função social do Arquivo do Piauí	77
4.3 Últimas notas sobre a Casa Anísio Brito	81
CONSIDERAÇÕES	85
REFERÊNCIAS	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fachada da Casa Madalena

Figura 02 – Destruição do imóvel

Figura 03 – Casa Anísio Brito

Figura 04 – Localização do Arquivo

Figura 05 - Detalhamento da localização do Arquivo

Figura 06 – Entrada principal

Figura 07 – Detalhe do piso cerâmico

Figura 08 – Escadaria

Figura 09 – Máquina de corte de papel

Figura 10 – Planta baixa do Arquivo (pisos inferior)

Figura 11 – Planta baixa (pisos superior)

Figura 12 – Fototeca

Figura 13 - Banner de divulgação da exposição Anísio Brito, 2016

Figura 14 – Guia do Arquivo do Estado do Piauí.

LISTA DE SIGLAS

AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

ENA - Escola Nacional de Arquivística

FUNDAC - Fundação Cultural do Piauí

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SECULT – Secretaria de Cultura do Piauí

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no ano de 2008, realizei visitas à Casa Anísio Brito, mais conhecida como Arquivo Público do Estado do Piauí. À época essas visitas não faziam parte de meus interesses de pesquisa. Elas ocorriam no intuito de auxiliar colegas que utilizavam os documentos contidos nos diferentes acervos da instituição. Mas, foi inegável a paixão desenvolvida ali: a pesquisa com documentos históricos, a variedade de material, a própria estrutura física do prédio no estilo Art Déco, chamaram-me a atenção. Assim como o fato do local ser considerado, ao menos em termos discursivos, como patrimônio, embora fossem perceptíveis problemas de diversas ordens, que não condiziam com tal *status*.

Com o término da graduação, ingressei em uma especialização realizada na mesma Instituição de Ensino Superior (IES). A área de concentração era o Patrimônio Cultural. Ao fim, apresentei um trabalho de conclusão de curso acerca da documentação contida naquele espaço que tanto me chamara atenção anos atrás, mais especificamente um estudo sobre as fontes hemerográficas do Arquivo.

Surgiu o interesse, na sequência, pela linha de pesquisa Patrimônio, Paisagem e Cultura Material no Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no qual obtive aprovação com o projeto intitulado **De fonte a objeto: o jornal impresso como patrimônio**.

O projeto apresentado constituía-se numa continuação da monografia defendida na especialização e discutia a observância desse material não apenas como fonte para auxiliar na escrita historiográfica, mas também, como patrimônio documental e histórico. Só não contava com um pequeno obstáculo: criada no seio de leituras e pesquisas de cunho historiográfico, deveria agora adequar o projeto para um viés antropológico. Novas leituras, novos olhares.

Após conversas com minha orientadora e algumas desesperadas pesquisas na internet, localizei o Seminário “Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas”, realizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em novembro de 2004, cujo objetivo era trazer experiências de mestres, doutores e doutorandos sobre a pesquisa com fontes arquivísticas para os estudos antropológicos. Os trabalhos apresentados no referido evento mostravam as percepções dos antropólogos

em relação às atividades arquivísticas, aos materiais resguardados, “[...] bem como sobre a constituição e organização de arquivos de antropólogos, de instituições de antropologia ou que apresentassem grande interesse para a disciplina” (CASTRO E CUNHA, 2005, p 03).

Entender como a Antropologia trata as atividades arquivísticas requereu um retorno ao passado com o objetivo de pensar o modelo em que estava embasado o fazer antropológico e as novas concepções que foram estabelecidas. Sendo assim, o caminho por que passa as instituições arquivísticas dentro da Antropologia, não é novo. Está associado a uma mudança de atitude dos antropólogos ao instituir sua disciplina enquanto ciência e que, desde os anos 1980 vem sofrendo nova transformação.

Procurando compreender a vida nativa, o mundo de outros povos, distantes e exóticos, surge o novo antropólogo: aquele dotado de saber científico, apto a realizar a correta interpelação com o outro, de compor uma narrativa que se diferenciava daquela produzida por missionários, comerciantes e viajantes. Estes últimos embora mantivessem, muitas vezes, um contato mais estreito com os povos, acentuadamente com um entendimento maior da língua nativa, produziam como resultado desse contato, documentos descritivos acerca dos grupos. Clifford (2014, p 23) chama a atenção para este fato ao afirmar que:

Os novos pesquisadores de campo se distinguiam nitidamente dos anteriores ‘menonthe spot’ – o missionário, o administrador, o comerciante e o viajante – cujo conhecimento dos povos indígenas, argumentavam, não estava informado pelas melhores hipóteses científicas ou por uma suficiente neutralidade.

O antropólogo de gabinete, que trabalhava com os arquivos produzidos por outros, fazendo assim uma narrativa antropológica sobre a variedade cultural e social do mundo, foi se tornando fora dos padrões pretendidos para a Antropologia enquanto ciência. O etnógrafo profissional, a despeito do antropólogo de gabinete, realizava descrições pautadas no aparato teórico, utilizando um saber acadêmico que lhe habilitava a discorrer sobre outros povos e culturas.

O grande *boom* que firmara o fazer antropológico fora instituído por Malinowski (1984). Na introdução da obra “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, ele descreve o método etnográfico e o instrumento para fazer a recolha dos dados em campo: a observação participante. Pela observação participante o etnólogo seria capaz de captar toda a essência da cultura do povo estudado. Estaria habilitado para escrever mediante aquilo que presenciou *in locu*; o estar lá concede a autoridade à sua escrita, legítima a

sua fala sobre o outro. Assim, a observação participante possibilita levar o leitor até a cultura estudada, diferenciando-se da narrativa produzida pelo antropólogo de gabinete que, estaria desprovida de sinceridade (MALINOWSKI, 1984).

Desta forma, o campo da Antropologia foi se cristalizando para aqueles espaços distantes e exóticos, com povos de cultura diferentes e simples aos olhos ocidentais. A descrição feita a partir de relatos de outrem, sob o paradigma da antropologia de gabinete, entrou em desuso. O antropólogo deveria ‘estar lá’ para adquirir autoridade para declarar sobre o outro. Nesse momento há o desprendimento do trabalho do antropólogo dos materiais de arquivo.

Mas, ao descobrir o seu ‘objeto’ de estudo, a Antropologia viu-se diante de uma crise. O constante avanço do colonialismo sobre os povos “selvagens” e “primitivos” de que se ocupava a Antropologia, punha em xeque sua existência e, conseqüentemente, a atividade do antropólogo. Muitos autores passaram então a discutir esta questão. Laplantine (2003), afirma que diante dessa configuração se poderia adotar três ações. A primeira é a aceitação de que o objeto de estudo da Antropologia estava em vias de desaparecer. O antropólogo deveria assim, se emaranhar em outras ciências humanas, de preferência na Sociologia. Uma segunda possibilidade referia-se a uma procura do peculiar no próprio seio da sociedade na qual o antropólogo vivia. E, um terceiro ponto, seria uma confluência dos dois primeiros.

Mercier (s/d) destaca que tais pensamentos possibilitaram a exploração de um novo setor de pesquisa, que punha em causa a imagem clássica que alguns antropólogos faziam das sociedades tradicionais e do que vinha a ser um antropólogo. O imperialismo e a colonização seriam os grandes responsáveis por esta crise. Eles estariam tirando do antropólogo a base que possibilitava a existência da ciência, moldando novas conjunturas nas relações estabelecidas entre observador e observado.

Levi-Strauss (1962) em um artigo escrito à Revista de Antropologia, versando sobre a crise do citado campo de conhecimento, destacou além do desaparecimento dos povos tradicionais, a dificuldade do antropólogo em ser recebido ou não por essas comunidades. Assim, longe de ter um objeto fechado, a Antropologia é o estudo do homem em sua totalidade, dos homens enquanto humanidade. “É que os povos ditos primitivos ou arcaicos não desaparecem do nada. Antes se dissolvem, incorporando-se de maneira mais ou menos rápida, à civilização que os cerca. E ao mesmo tempo esta adquire caráter mundial” (LEVI-STRAUSS, 1962, p. 03).

Muitos antropólogos deixaram-se levar pelo pessimismo sentimental da perda das culturas e, posterior sumiço de seus informantes, como fora revelado através dos estudos de Lederman (1985 *apud* SAHLINS, 1997). Latour (1996), no entanto, chamou esse processo de “reantropologização”, ou seja, as comunidades se reinventavam dentro do sistema social.

Nessa mixórdia, alguns antropólogos reavaliaram seus trabalhos e métodos de compreensão sobre a diferença que, segundo Sahlins (1997) é, de fato, a tarefa e o fazer da Antropologia. Dessa maneira, o distanciamento geográfico e a busca pelo exótico dão espaço para novas formas de entendimento sobre as sociedades. Desloca-se de uma alteridade radical para uma alteridade mínima, de estudos de comunidades indígenas para estudos sobre o urbano (PEIRANO, 1999), um sem anular o outro. Busca-se a diferença, e ela está presente tanto em comunidades tradicionais como nas sociedades ditas modernas. Tal deslocamento proporcionou uma abertura nos estudos antropológicos. Cinema, esportes, cibercultura, antropologia da criança, patrimônio, políticas em saúde, arte, drogas, cidade, enfim uma gama variada de objetos e de temáticas passa a ser de interesse da Antropologia.

Da mesma forma e, bem recentemente, os estudos envolvendo Antropologia e Arquivos são retomados, ainda que de maneira tímida e partindo, por exemplo, de perspectivas como a patrimonialista.

Partindo desses pressupostos, a presente dissertação buscou abordar a temática do patrimônio tomando por foco o Arquivo Público do Piauí. A este local centenário, localizado em região de grande movimentação, atribui-se o valor de guardião da história e da memória do Piauí. Entretanto, uma visita ao espaço revela características que denotam uma ausência de políticas protecionistas e uma invisibilidade do local pela sociedade.

O objetivo principal é, portanto, realizar uma análise de cunho antropológico no espaço do Arquivo Público do Piauí, a partir do discurso de patrimônio que é produzido pelo Estado, funcionários e frequentadores desse local. Utilizou-se o método etnográfico, a partir da observação participante. Para o alcance desse objetivo, foram realizadas anotações sobre as atividades desempenhadas pelos funcionários nos setores disponibilizados para a pesquisa, conversas do cotidiano (SPINK, 2010) que auxiliaram na produção de sentido dos servidores da Casa no que tange ao patrimônio documental, mapeamento do espaço do arquivo a fim de entender como está disposta a documentação, identificar por meio de questionário a visão que os

frequentadores elaboram sobre o arquivo piauiense, além das leituras que compõem o arcabouço teórico neste trabalho.

A pesquisa, portanto, tem uma abordagem qualitativa, uma vez que não tem por foco apresentar dados numéricos, mas, produzir uma compreensão acerca de uma organização. Esta compreensão não está alicerçada em um modelo fixo e positivista. Ao contrário, a pesquisa qualitativa permite “mostrar as dificuldades e os (des)caminhos percorridos pelo pesquisador, até chegar aos resultados de sua pesquisa” (GOLDENBERG, 2004, p. 48). Estes resultados por sua vez, não são generalizantes, são mutáveis, permitem um entendimento sobre os fenômenos sociais sem a necessidade de estabelecer leis (*ibid*).

Para o entendimento desse fenômeno social que é o arquivo e a relação estabelecida com o patrimônio e com a Antropologia, tomou-se como base Choay (2001), Abreu (2005), Velho (2007), Gonçalves (1996), Pedrazani (2005). Foucault (1987) ao tratar dos arquivos como lugares discursivos. Ao referir-me às questões ligadas à Arquivologia - acervos, acesso e difusão – algumas das discussões foram empreendidas tomando por base Cruz-Mundet (1994), Rousseau e Couture (1998), Rêgo e Oliveira (2013) e Rodrigues (2014) que abordam também os desafios das instituições arquivísticas no século XXI.

O trabalho em Arquivos e com arquivos analisando documentos, muitas vezes, produzidos em séculos passados, inegavelmente nos remete à noção de memória, evocadas coletivamente a partir daqueles elementos salvaguardados no espaço institucional. Assim, Halbwachs (1990) e Nora (1993), se farão necessários para compreender a relação memória individual e coletiva. Ressalto que outros autores foram acrescentados ao corpo textual, ajudando a compreender e ampliar os objetivos aqui colocados.

Essa pesquisa se encontra estruturada em quatro seções. Na primeira será apresentada a discussão em torno da constituição das instituições arquivísticas, procurando traçar um perfil no que diz respeito à sua missão, dos elementos que se fazem presentes na temática e o desenvolvimento da disciplina Arquivologia.

Na seção II será abordada a noção de patrimônio e como a Antropologia vem pensando essa categoria em seus estudos. Na percepção desse fato, adentrar no espaço da instituição em análise se faz importante, uma vez que a partir da observação tanto do trabalho realizado pelos funcionários, do trato com o material ali contido é possível

vislumbrar o que o Estado concebe como patrimônio e a partir disso elaborar políticas públicas para a salvaguarda dessa documentação.

A seção III tem por objetivo trazer a etnografia arquivística da Casa Anísio Brito. Nesta seção proponho uma reflexão sobre a localização e a constituição do espaço do Arquivo piauiense. Em seguida, apresento o relato sobre a observação realizada nos espaços autorizados.

Por fim, a seção IV reflete, tomando por base as descrições realizadas na seção anterior, a desnaturalização do espaço em estudo, entendido no plano dos discursos como patrimônio e local de memória da sociedade piauiense, mas que, enquanto instituição estatal, atua conforme um jogo de interesses que moldam seu funcionamento e as relações com os usuários e com a comunidade.

Nas considerações finais reflito sobre os variados discursos produzidos em torno do Arquivo piauiense, discursos que moldam o funcionamento daquele local e que, desvendados pelo olhar antropológico tornam-se passíveis de novas interpretações sobre este elemento constitutivo da sociedade ocidental.

Pretendi com esta pesquisa contribuir para um alargamento nas discussões no campo antropológico e sua relação com os estudos em patrimônio difundido por organizações no estado do Piauí, tendo por contexto o Arquivo Público do Estado.

I – SOBRE A NECESSIDADE DE ARQUIVAR

Nesta seção será apresentado um histórico sobre a formação das instituições arquivísticas. Isto é necessário para que se possa perceber a importância que foi construída para esses locais, entendidos como guardiões da memória documental de alguns grupos sociais. Apresento, também, o desenvolvimento da ciência Arquivística, como campo do conhecimento e que, diante das configurações mutáveis do meio social, vem resignificando suas atividades e os espaços onde são exercidas. Esses assuntos serão apresentados em três tópicos com a intenção de facilitar a compreensão acerca do Arquivo Público do Piauí.

1.1 Pensando o Arquivo historicamente

Desde a formação dos primeiros grupos humanos até o surgimento do homem moderno, uma prática se destacou e se transformou com o passar do tempo e com o avanço da tecnologia: o arquivamento de informações. Das pinturas rupestres, elaboradas com elementos que se tinha à mão, até o surgimento da escrita e do desenvolvimento de outros suportes, como o papel e, mais recentemente, os materiais digitais, o homem buscou registrar suas ações.

A ação de arquivar está associada ao fato dos grupos humanos tentarem manter certo controle e organização da vida: “[...] por meio de práticas múltiplas manterás cotidianamente o teu diário, [...] conservarás [...] alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são tua identidade [...], redigirás a tua autobiografia, [...] dirás a verdade.” (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Com o surgimento dos Estados Nacionais e da burocracia, acirra-se a ação de arquivar. Houve um incremento na produção de documentos e de informações que registravam as ações administrativas dos líderes de Estado, informações de cunho militar, econômico, entre outras. A verdade passou a ser aquilo que estava documentado.

O surgimento dos arquivos, posteriormente, das instituições responsáveis por sua guarda, estão assim, intrinsecamente ligados com “[...] a administração e com a necessidade humana de criar e preservar registros documentais” (CALDERON, 2013, p. 33). Mas, a partir de qual momento podemos atribuir o surgimento dos Arquivos?

Não há um consenso entre os estudiosos em arquivologia sobre o momento do seu aparecimento. Para alguns, a exemplo de Hora, Saturnino e Santos (2010), a noção de arquivo surgiu ainda com os homens primevos e suas pinturas rupestres. Os pictogramas gravados num suporte rochoso transmitiam determinadas informações. Portanto, para os referidos autores, o arquivo relaciona-se a todo o tipo de informação armazenada que traduza a cultura e as ações de uma sociedade, não se limitando aos registros no papel. Outros, no entanto, atribuem à escrita o surgimento dos arquivos. De qualquer forma, a ação de arquivar viabilizou uma nova relação do homem com a informação e com os suportes¹ que congregavam estas.

Não se pode negar que o nascimento da escrita trouxe mudanças significativas para a comunicação humana. Acompanhando o desenrolar, principalmente, político e econômico, esta se tornará peça chave para a administração. A escrita - signos que traduzem determinadas ideias - se manifestou de diferentes formas e estilos ao longo do tempo e das sociedades. Os precursores desse movimento são considerados os povos mesopotâmicos e egípcios. Os primeiros utilizavam como suporte de escrita, plaquinhas de argila e os segundos fizeram uso do papiro. Outras sociedades utilizaram diferentes materiais.

Mas por que a escrita ganha tamanha relevância dentro de determinados grupos sociais²? Segundo Saussure (2006), um dos motivos seria o fato de a escrita possuir solidez, ou seja, permanecer gravada, materializando parte de uma ação humana. Este pensamento é ampliado por Higounet (2003, p.10) ao afirmar que a escrita possibilita “[...] o acesso ao mundo das ideias [...] permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo”.

Com o advento da escrita surge a literatura aumentando o número de documentos produzidos, propiciando a evolução dos suportes, além da classificação do tipo de informação contida neles (GAGNON-ARGUIN, 1998). Portanto, é essa linha de pensamento que autores como Schellenberg (2006), Rousseau e Couture (1998) atribuem o nascimento dos arquivos.

Cada vez mais complexas, as sociedades aumentavam a produção de informações e, conseqüentemente, de documentos. Em determinado momento se fez necessário

¹Segundo o Dicionário Brasileiro de Arquivística (2005), suporte é o material no qual são registradas as informações. Se tomarmos a perspectiva de Hora, Saturnino e Santos (2010), os primeiros suportes remontariam às paredes das cavernas onde eram feitas as pinturas.

²Nem todas as sociedades entendem a escrita como forma de transmissão de seus valores culturais. Segundo Goody (1986), a escrita foi importante para a formação de um tipo específico de Estado que não deve ser tomado como representante total dos diferentes grupos sociais.

selecionar aquilo que deveria ser resguardado. Esse primeiro passo explica o surgimento da relação de poder encontrada nas instituições arquivísticas, que seleciona alguns documentos em detrimento de outros.

São atribuídas às sociedades do Oriente Médio, os primeiros locais destinados a recolher documentos de cunho administrativo. Os Fenícios, por exemplo, guardavam os documentos em salas separadas por assunto, conservando aqueles que consideravam ser, mais relevantes. Essa preocupação em organizar separadamente as informações, se constituiria futuramente no princípio básico da Arquivologia: o respeito aos fundos³. O princípio criado, em 1841, se refere ao fato de que os documentos produzidos por determinada entidade, família ou mesmo pessoa não pode ser misturado com outros documentos de natureza diferente.

Todavia, é na Grécia que surge a noção chave do que é Arquivo. Os documentos considerados importantes eram depositados no *Archéion*, uma casa que se constituía como lar do *arconte*, a pessoa responsável pela segurança do documento (DERRIDA, 2001). Dentro desta perspectiva de situar os documentos administrativos é possível perceber a ideia de memória, uma vez que na ausência desta, poderia se recorrer àquele local para buscá-la junto ao documento.

A memória, aliás, é elemento bastante relevante quando se fala na sociedade grega. Personificada na Deusa Mnemósine, representava para a sociedade ainda não letrada, portanto, ligada às práticas orais, a continuidade da tradição do povo e organização da vida social. Com o surgimento da pólis, novas relações se manifestam, principalmente, no que tange à palavra, verdade e memória. Esta última deixa de ser uma espécie de dom e passa a ser algo de caráter mais técnico, que pode ser exercitada ou buscada no que mais tarde viria a se chamar de lugar de memória, categoria na qual se inserem as instituições arquivísticas.

Da mesma forma em Roma, “o arquivo estava estreitamente unido ao tesouro” (LODOLINI, 1995, p. 40). Os romanos foram responsáveis pela organização dos Arquivos, cada um deles destinado à guarda de documentos específicos oriundos das atividades dos magistrados. Posteriormente, surgiu o Arquivo Central do Estado ou o *Tabularium*. Os romanos inovaram, também, no que diz respeito ao suporte de armazenamento de informações, fazendo uso de pergaminhos feitos de pele de animal,

³Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 91), fundo é o “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automaticamente e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas atividades ou das suas funções.”.

placas enceradas e em placas de cobre. Para falar usavam o latim e na escrita, o alfabeto latino. Com a expansão de seus domínios esse traço foi incorporado pelos povos dominados, gerando certa homogeneidade no que diz respeito à escrita (ANDE;LEMOS, 2011).

A trajetória arquivística é percebida como garantia da preservação da memória coletiva e como fonte de informação para a administração. E, segundo Mendo-Carmona (1995), estaria vinculada ao Estado que, conferia aos documentos autenticidade perante o público. E, no tocante aos arquivos públicos, só é possível lhes atribuir tal caráter no Império Romano, justamente por conta de sua forte centralização (CRUZ-MUNDET, 1994).

Com a queda do Império Romano e a instauração da Idade Média os arquivos foram submetidos ao controle da Igreja Católica. Nesse ínterim, a máxima “conhecimento é poder” representa algumas das atitudes tomadas em relação à arquivística: restringiu-se o acesso e a consulta aos documentos permitindo que somente alguns deles pudessem ser lidos por um público restrito (constituído pela maioria dos monges, padres, frades e o papa). A Igreja utilizou as informações contidas neles com o objetivo de angariar terras, entre outras fontes de riquezas.

A esfera públicava cedendo lugar para o setor privado. A produção escrita entra em recessão e a prova testemunhal volta à baila. Durante esse período, a documentação ficou resguardada nas igrejas e abadias, lugares que não eram visados pelos ataques de ações bárbaras e que, detinham o caráter patrimonial e administrativo (PADRON, 2012).

Mesmo representando um hiato na evolução dos arquivos e nos procedimentos para sua organização (CRUZ-MUNDET, 1994, p.32), muitas traduções documentais foram realizadas pelos monges copistas, que acabaram por influenciar em um novo estilo de escrita: a escrita carolíngia. Nessas traduções, informações podiam ser excluídas ou acrescentadas, fortalecendo o poder de decisão daqueles novos guardiões. As Igrejas se tornaram lugares seguros e de poder.

Em meados do século XVI as monarquias absolutistas propiciaram o surgimento dos Arquivos de Estado. O documento ganhou o valor jurídico-administrativo, conforme se nota na citação a seguir:

Era el momento de reunir los documentos que concernían al gobiernodel Estado, y que se habíanmantenido dispersos hasta entoncesen manos de

consejeros, secretários, diplomáticos y demás miembros que ejercíanlas funciones de gobierno junto al rey (MENDO-CARMONA, 1995, p. 22).

Sobre o desenvolvimento da arquivística durante o Antigo Regime, Cruz-Mundet (1994), assinala como valoroso o fato de que a Espanha foi a primeira a organizar os Arquivos do Estado e se tornará modelo para países como França e Itália. As monarquias criam uma importância dos arquivos para a administração e para o próprio exercício do governo.

Essa invenção de uma importância dos arquivos vai ser usada para justificar algumas ações administrativas do regime absolutista, uma vez que o documento passa a ser encarado como prova. Concomitante, desenvolvia-se também a visão do arquivo como produtor de conhecimento e, a ciência que fará aproximação com essa ideia será a História. Desta forma, soma-se ao papel jurídico e administrativo, a função de resguardar a memória, servindo para a investigação histórica.

Sob esta ótica dos arquivos - jurídico/administrativo/histórico – é que a arquivística irá contar com um desenvolvimento positivo. Novas estratégias para organizar e permitir o acesso aos documentos são utilizadas, a exemplo da ordenação cronológica e por temas (DURANTI, 1993). Surgem os tratados arquivísticos salientando a preocupação com a documentação.

A partir da Revolução Francesa muitas foram as transformações implantadas especialmente na Europa, repercutindo em outras partes do globo. O modelo de Estado pretendido após a Revolução inaugurou o viés nacionalista de unidade no qual os cidadãos deveriam compartilhar igualmente os mesmos valores e costumes. Nesse momento, as ideias desenvolvidas durante a Revolução Francesa ofereceram importantes contribuições para o trabalho com o patrimônio e, novos contornos referentes aos Arquivos. Buscou-se na educação e no patrimônio a base para a construção de um discurso que homogeneizava tudo e todos.

Os debates em torno do patrimônio nascem assim, sob a ótica de uma nova concepção de Estado, de política e de povo. Surge o fenômeno da nação, da nacionalidade e da identidade. Sobre nação, Anderson (1993, p. 23) revela que é “una comunidad política imaginada como inerentemente limitada y soberana”.

Comunidades imaginadas, as nações irão se constituir assim, no campo do discurso empreendido pelo novo modelo estatal. O nacionalismo, o sentimento de pertença, a fraternidade que passa a ser discursada por todos vai ter como base a adoção de uma língua comum, de uma religião, de economia e de políticas – o que inclui aí as

políticas culturais referentes ao patrimônio. O patrimônio, aliás, é o elemento que vai ser bastante buscado para a construção e consolidação dessa prática discursiva que vê nos bens patrimoniais o poder de trazer a tona o passado, de ligar a nação a uma memória coletiva.

O patrimônio assume assim e dentro das sociedades que se constituíram enquanto Estados Nacionais, o papel ideológico de fundamentar um interesse político; é usado para inventar uma identidade nacional que outrora não existia, uma vez que os patrimônios estavam espalhados entre os diferentes grupos sociais, representando a cada um deles isoladamente, e que, somente após a Revolução Francesa passam a representar todos os cidadãos (GONÇALVES, 2002).

Na França pós-revolução os Arquivos Nacionais são instituídos e declarados públicos. Schellenberg (2006) analisando as razões que levaram países, como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, a criarem seus arquivos nacionais elenca quatro aspectos: a) administrativo, para auxiliar na organização e na eficiência governamental; b) culturais; c) interesse pessoal (uma vez que o documento servia de prova para a manutenção ou não de privilégios) e d) por ser fonte de informação. Assim, “[...] em outros [lugares], o exemplo se repete. Em Turim, São Petersburgo, Veneza, Florença, na mesma época, depósitos centrais de arquivos são criados” (SCHWARCZ, 1993, p.69).

Em 1898, na Holanda, é divulgado o primeiro Manual da Associação dos Arquivistas holandeses, onde se estabeleceram os conceitos de arquivo e métodos para a organização dos documentos, inventários, etc. A criação desse manual é considerado o marco fundador da disciplina Arquivística (FONSECA, 2008). No século XX, a medida que se criavam novas escolas – importantes veículos para a propagação do novo ideal de cidadão - agregava-se o estudo dessa disciplina em diferentes cursos como a História e Ciência da Informação.

Novos desafios são lançados para o trabalho do arquivista, profissional surgido da relação muito próxima entre a Arquivística e o Estado Moderno, entre arquivo e nação. O foco do olhar desse profissional será o arquivo de valor histórico, tornando a Arquivologia uma ciência auxiliar da História (JARDIM, 2012). Questões sobre as melhores formas de organizar e conservar, também, tomam vulto nas discussões.

Já no século XX, por volta de 1950, como novo esforço no sentido de se pensar as instituições arquivísticas, bem como a Arquivologia, é criado o Conselho Internacional de Arquivos, formado por várias organizações e, sediado na França. No sítio eletrônico da instituição é possível compreender a ideia de arquivo e sua importância: “[...]”

archives constitute the memory of nations and of societies, shape their identity, and are a cornerstone of the information society". Entre suas atribuições podem ser citadas: a salvaguarda de documentos; a aplicação das teorias arquivísticas dentro da administração pública; o acesso aos documentos e aos Arquivos por qualquer cidadão, além de, promover meios para que os documentos em más condições de conservação fossem digitalizados oferecendo novo suporte para a informação, aumentando sua vida útil ⁴.

A movimentação em torno da constituição da Arquivística é resultado de um misto entre fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. A Arquivística esteve e ainda o é, ligada à noção de patrimônio e sua importância para os grupos sociais. Como mencionei, após a Revolução Francesa, o patrimônio torna-se moeda de valor no novo projeto de sociedade pretendido pelo Estado. Uma série de tombamentos de monumentos de 'pedra e cal' e a salvaguarda de documentos ocorre nesse período justamente por se acreditar que são nesses locais que a memória e a história do povo emanavam, permitindo gerar o sentimento de pertença com a nação.

O elo entre historiadores e arquivos ganha força devido o valor histórico e de prova que é dado a certos fundos. A Arquivística inicia debates em torno do trato, organização e proteção da documentação; a Diplomática discorre sobre a autenticidade dos documentos. Os Arquivos públicos tornam-se laboratórios para variados cientistas. E, o documento transforma-se em patrimônio.

Sob esta perspectiva patrimonial, o documento – o suporte mais a informação – passa a receber uma série de cuidados técnicos que ajudam a conservá-lo. Muitos debates são travados para se chegar às melhores formas de salvaguardar os arquivos. Surgem orientações relativas a organização, ao acesso, a difusão, além de teorias e técnicas a ser seguidas pelos arquivistas (os profissionais capacitados para a lida documental). Debates, conferências, encontros internacionais marcam os novos rumos das instituições arquivísticas, contribuindo para o desenvolvimento da ciência em questão.

Os efeitos da Revolução Francesa – seja no plano intelectual, político, cultural - respingaram no Brasil. A classe dirigente brasileira também tinha em mente um projeto de sociedade. Criou-se “[...] a preocupação com uma nova maneira de apresentar a história e a consciência da necessidade da busca de documentos, o cuidado com a

⁴Ver site do ICA – Conselho Internacional de Arquivos. Disponível em: <http://www.ica.org/all-ica-news>. Acesso em 07/04/2016.

pesquisa [...]” (GLENISSON, 1983, p. 258). Dessa forma o patrimônio perpassou, inicialmente, pela questão da documentação, em vista da forte influência positivista na qual a História estava embasada.

1.2 Histórico da Arquivística no Brasil

No Brasil, o surgimento dos Arquivos está ligado, também, a um projeto de formação identitária pretendido pelas elites em consonância com novo modelo econômico, político e cultural no pós-independência. Nessa nova conjuntura, desenvolvida amplamente no século XIX, a história da sociedade brasileira seria escrita de maneira homogênea. A ausência dos conflitos entre as nossas três matrizes sociais – a indígena, a portuguesa e a africana – se fez presente com seu silêncio gritante.

O primeiro esforço, para compor essa escrita historiográfica brasileira, materializou-se na criação, no ano de 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) formado por uma elite econômica detentora de poder. A elite intelectual participou desse processo como coadjuvante. O IHGB tinha – e ainda tem por objetivo “[...] coligir, metodizar e guardar documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais.” (SCHWARCZ, 1993, p. 129). Através da Revista do IHGB, eram e, ainda são divulgadas as pesquisas realizadas majoritariamente na área da História.

Observando o quadro que compunha o IHGB, ficava evidente o tipo de documentação arregimentada pela instituição, bem como, o tipo de discurso histórico que se criava para a nação. Documentos de cunho oficial, que favoreciam a manutenção de poder de certo grupo, excluindo a grande maioria dos brasileiros. Poder estabelecido verticalmente entre aqueles que se utilizavam de uma instituição, por eles próprios constituída, para validar o discurso de dominação.

O Arquivo Público do Império, atual Arquivo Nacional, foi criado concomitantemente ao IHGB. Sua finalidade era resguardar documentos públicos de caráter administrativo, legislativo e histórico. Assim como na França, se implantou no Brasil a ideia de um tipo ideal de povo, ou seja, era preciso inventar um para a nova nação. Recorre-se a memória e a história como elementos amalgamadores desse projeto. É no IHGB e no Arquivo Nacional que se fazem presentes e, por isso, a importância desses locais e do trabalho empreendido ali (MAIA, 2006).

Por ocasião da derrocada das teorias veiculadas a partir dos institutos históricos e geográficos - principalmente se referindo à questão da raça -, é no Arquivo Imperial (a partir de 1893, Arquivo Nacional) que irá se concentrar as atividades em torno dos documentos e onde são dados os primeiros passos para a constituição de uma arquivística brasileira. O então diretor Joaquim Pires Machado Portela busca importar da Europa cursos que possibilitassem a formação de arquivistas no Brasil. Cursos técnicos de arquivos passam a ser ofertados já nos anos iniciais do século XX.

Entre uma mudança de estabelecimento e outro, além de incêndios que destruíram parte do acervo, o Arquivo Nacional recebeu nos anos 1960 a visita de arquivistas estrangeiros, em especial, de franceses e norte americanos. Observa-se, portanto, que nesse momento estrangeiros escrevem sobre o vir a ser da arquivística brasileira. Isso se deve ao fato de que o conhecimento em arquivística desenvolvido no Brasil se fazia quase nulo. Assim, “[...] produziram diagnósticos, desenvolveram consultorias, escreveram artigos, visitaram arquivos, ministraram cursos, proferiram conferências, participaram em Congressos e outros eventos” (LOPES, 1997, p. 58).

Com relação ao estado físico e de recursos humanos do Arquivo Nacional, o francês Henri Boullier apontou problemas, mas também soluções. Alertou e recomendou que se realizassem melhorias no que dizia respeito ao aparato físico do local, questões referentes ao armazenamento e qualificação de pessoal (LOPES, 1997).

Entre os anos 1970 e 1980 também se seguiram mais visitas e; na maior parte das vezes, os diagnósticos produzidos constataram problemas de mesma ordem: aparato físico, armazenamento e qualificação pessoal, revelando a lentidão para alterar as condições em que se achavam os Arquivos brasileiros. Embora alguns dos problemas se mantivessem recorrentes nos estudos produzidos nos anos posteriores a 1960, vale ressaltar os passos que foram dados na tentativa de se melhorar esse quadro.

Nesse ínterim, foi criada a Escola Nacional de Arquivística (ENA) subordinada administrativamente ao Arquivo Nacional com o objetivo de qualificar “[...] pessoal habilitado a executar serviços técnicos de arquivo; realizar outros cursos, difundir os conhecimentos arquivísticos e cursos de extensão e incentivar estudos na área” (RODRIGUES, 2014, p. 86). A missão da ENA era formar profissionais em nível técnico, característica que refletia o momento político vivenciado no país: a ditadura.

Surge nesse cenário a figura do arquivista profissional. A série de cursos ofertados – vale ressaltar que esses cursos só puderam se concretizar graças às parcerias firmadas entre o governo brasileiro e o governo francês – gerou laços entre aqueles profissionais

mais ‘apaixonados’. O contato com as teorias desenvolvidas na Europa, também auxiliou na forte identificação de alguns com a profissão (GOMES, 2014).

Esse auto reconhecimento enquanto classe profissional será de suma importância para a institucionalização da Arquivologia como disciplina e, a posteriori, para a criação dos cursos de formação superior. Os cursos ofertados pelas instituições em conjunto com o Estado, como já coloquei, foram os catalisadores desse sentimento. Os encontros propostos a fim de se debater as questões que permeiam tanto a teoria quanto a prática da atividade do arquivista e o reconhecimento deste enquanto profissional, levou à criação, em 1971, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

A fim de solidificar a ciência arquivística desenvolvida no Brasil e de revelar um coletivo de profissionais na área, ainda na década de 1970 foi criada a revista *Arquivo & Administração*. De maneira geral, publicavam-se artigos acadêmicos, entrevistas e resenhas. Apresentava extensa variedade temática: arquivos privados, públicos, eclesiásticos, entre outros (JARDIM, 2014).

Entre os anos de 1982 e 1989 são realizados programas no intuito de propiciar treinamento arquivístico. A novidade, entretanto, está no fato do Arquivo Nacional ter oferecido treinamento em assistência aos arquivos estaduais e municipais. Era dado um passo em torno de um diálogo que pudesse aproximar o AN e os arquivos estaduais, diálogo este que se mantém nos dias atuais. “O grau de interação do Arquivo Nacional com os outros arquivos públicos do país criou condições favoráveis para a produção do Guia brasileiro para o estudo das fontes da história da África” (JARDIM, 2014, p. 153).

Em 1988, o momento político vivido no país permite a promulgação da Constituição Cidadã. Entre os muitos direitos, outrora esquecidos nas demais Constituições, destaca-se o direito de acesso do cidadão às informações existentes em órgãos públicos (art. 5º, inciso XXXIII; art. 37º; parágrafo 2º do art. 216) salvo àquelas que tenham caráter sigiloso. Estabelecem-se novas relações entre a sociedade brasileira e as instituições arquivísticas, uma vez que estas se tornam acessíveis. Os indivíduos passam a ter o direito de usufruir das informações existentes.

Os cursos de formação superior, que sempre estiveram nas pautas das discussões e reivindicações do movimento arquivístico brasileiro, contribuíram para que o debate em torno das temáticas da área se ampliasse possibilitando a construção de teorias que embasam o saber em Arquivologia.

A produção brasileira, entre os anos de 1995 a 2008, segundo Costa (2011), pode ser organizada em categorias, como: teses e dissertações; obras de referências, manuais

e obras de reflexão teórica. Todosesses trabalhos acadêmicos, de alguma forma, contribuem para o fortalecimento das questões teóricas e práticas da disciplina.

As dificuldades enfrentadas pela arquivística no Brasil são de várias ordens. Preza-se por um profissional capacitado, formado dentro de um ambiente acadêmico que atue de forma crítica e criativa. Discute-se, ainda, sobre: a qualidade dos cursos em vigor, a formação dos docentes e o campo de atuação do egresso. Faz parte dos debates a preocupação com o aparato técnico que possa proporcionar vida longa aos documentos e a revolução digital que traz novas configurações ao trabalho do arquivista(CALDERON, 2013).

O discurso de valorização do documento e do Arquivo não deve ser entendido como um movimento isolado. Esteve ligado ao desenvolvimento da noção de patrimônio. Para alguns mais apaixonados, é o patrimônio que nos liga a um passado. Ele possibilita recordações sobre aquilo que foivisto, sentido e até mesmo degustado gerando o sentimento de pertencimento a um grupo maior. Para outros, entretanto, é preciso desnaturalizá-lo, questionando se o que se patrimonializa de fato representa o todo. Deve-se perguntar, ainda: Para quem se patrimonializa? Que usos esses símbolos e lugares exercem? Que relações de poder emanam desses patrimônios?

O olhar antropológico sobre as questões do patrimônio e da Arquivística quebram com o elogio que disciplinas como a História positivista, por exemplo, deitam sobre esses lugares. Não se quer, porém, através dessa pesquisa, desmerecer as atividades ali realizadas, muito menos o trabalho realizado pelos funcionários. O que se propõe é lançar vistas a uma nova leitura e alcançar novas interpretações sobre a vida social.

1.3 Repensando o Arquivo e seus elementos

A noção de arquivo apresentada pelo Dicionário brasileiro de terminologiaArquivística (BRASIL, 2005) traz por definições:

- A) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte;
- B) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;

- C) Instalações onde funcionam os arquivos;
- D) Móvel destinado à guarda de documentos.

Para Fuster Ruíz (1999) é necessário encontrar um conceito mais específico e que reúna em sua concepção elementos imprescindíveis como: local, responsável pela guarda, o profissional que esteja habilitado para manejar o documento e o acesso livre para qualquer pessoa. Para o autor:

Archivos e institución donde se reúne uno o más conjuntos orgánicos de documentos, de cualquier fecha o soporte, producidos, recibidos y acumulados, como resultado de ejercicio de la función o actividad de una persona o entidad pública o privada, organizados e conservados científicamente, respetando su orden natural, en un depósito que reúna las debidas condiciones y atendido por personal capacitado, para servir al sujeto productor o a cualquier persona, como testimonio de la gestión de actos administrativos y/o jurídicos, o como información para fines científicos o culturales (FUSTER RUIZ, 1999, p. 111).

O documento é a razão da existência das instituições arquivísticas e é entendido como a informação registrada em qualquer suporte (BRASIL, 2005). Para a Arquivística é o objeto que permeia as discussões da disciplina, quase sempre se referindo à forma adequada de seu tratamento e organização. Administrativamente é fonte e prova e sob o viés da História e da cultura diz respeito a uma memória, coletiva ou privada.

Embora estes sejam os três pilares interpretativos do documento, este continua sendo pauta de análise e de outros estudos, passando também por um processo de desconstrução. A perspectiva antropológica, por exemplo, entende o documento como uma invenção do homem, que a ele se congregam finalidades variadas – os usos dados pelas demais ciências (LOPEZ YESPES, 2010).

À medida que esses documentos vão circulando e/ou passando de um status a outro⁵, administrativo para histórico, por exemplo, importa pensá-los como práticas sociais, enunciados que formam discursos. A formação destes discursos teve início, como mencionei, com a publicação do Manual Arquivístico Holandês. É este compilado metodológico de práticas arquivísticas que postula valores, desenvolve políticas em prol da organização e acesso aos documentos arquivísticos (BARROS, 2013). A História será

⁵O documento passa por um ciclo de vida que foi classificado em três idades: arquivo corrente (primeira idade): o documento tem grande circulação dentro da organização; arquivo intermediário (segunda idade): o documento é conservado por razões de precaução e, arquivo permanente (terceira idade): o documento já não tem serventia administrativa, por isso, podem ser custodiados em um arquivo ou centro de memória, ou pode ser eliminado.

de grande valia nessa perpetuação, uma vez que os historiadores fazem uso maciço dos documentos escritos para compor as suas narrativas.

As ciências naturais, como forma de produzir conhecimento sobre o homem e sobre as verdades do mundo, ganharam força no século XIX. O conhecimento empírico pautado na observação era a base das ciências e deveria ser constatado e provado, auferindo informações verdadeiras.

As ciências humanas, que surgem no referido século, buscam o melhor método para explicar o homem, suas ações e suas diferenças. A Antropologia inventa a etnografia, a observação participante. “O trabalho de campo estava centrado na experiência do scholar que observava/participava.” (CLIFFORD, 2014, p. 32). O sentido antropológico de cultura que foi construído, caminha e satisfaz os interesses do capitalismo. Constitui-se enquanto ferramenta intelectual para a sujeição de determinados povos (SAHLINS, 1997). Na outra ponta, o conceito de cultura justifica o trabalho etnográfico, pois se acreditava que os povos estudados estavam em vias de extinção ante o avanço do capitalismo (*ibid.*).

A História, por sua vez, debruçou-se sobre os documentos escritos. É o momento de seu advento, das atas, dos discursos de governantes, correspondências, despachos de ordens militares. Seu método era a análise fria, descritiva e objetiva do documento. Há uma aproximação em larga escala dos historiadores com o espaço dos arquivos e com a dissecação documental contida ali.

A História Cultural alarga a visão sobre o que é documento. E, a metodologia da história oral permitiu compor narrativas sobre os indivíduos permitindo que, os arquivos e seus componentes passassem a ser repensados. O documento não surge do nada, a sua presença revela uma causa humana que não deve escapar da análise do pesquisador (BLOCH, 1941 *apud* LE GOFF, 1990). E o próprio Le Goff, vai mais longe ao afirmar: “não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira” (LE GOFF, 1990, p. 548). O documento histórico é uma escolha empreendida por alguém que lhe assegura tal *status*.

É necessário entender o porquê da criação do documento, quais ações e discursos ele veio validar e, da mesma forma, por que se tornou um documento histórico produtor de conhecimento. É questionar os documentos, atentando para o fato de que estes “[...] acionam normas sociais, agenciam saberes da psicologia, incidem sobre territórios e são operadores de decisões econômicas e culturais, de políticas [...] e de educação” (LE MOS, 2014, p. 11).

Compartilhando dessa crítica, estendida também às instituições arquivísticas, Foucault (1987) realiza algumas análises no sentido da produção de discursos e da participação dos arquivos nesse movimento. Neste sentido chamo a atenção, novamente, para o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, pois ele instaurou novos parâmetros para os arquivos e estabeleceu a disciplina Arquivística. O manual propõe um conjunto de enunciados que produz um discurso sobre o que vem a ser um arquivo. E, desta forma, ele estabelece uma organização considerada adequada para os documentos. As normas que regem o trabalho do arquivista, além do comportamento dos usuários na instituição, também, estão expressas no manual.

Para Foucault o arquivo não se resume ao conjunto de documentos “[...] de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade” e, muito menos, como as instituições que “[...] em determinadas sociedades, permitem registrar e conservar os discursos” (FOUCAULT, 1987, p. 148). O Arquivo é

De início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa [...] O arquivo não é o que protege o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras [...] É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (FOUCAULT, 1987, p. 149).

Se o Arquivo e os documentos são discursos, se ambos se constituem como uma produção interessada movida por uma prática, desconstruir o caráter de verdade absoluta que foi erigido ao seu redor, é colocar à prova a naturalidade do seu processo de organização e produção de saberes.

A desnaturalização dos documentos permite também observar as mudanças que afetam em grande medida seu conceito, função, usos e produção. A atual configuração da sociedade, com uma tecnologia cada vez mais avançada, permite a troca de informações em grande velocidade, suportes e formatos. Essas alterações significativas implicam na forma de se perceber o documento. Embora o documento tradicional ainda esteja em voga, cada vez mais o documento eletrônico ganha importância no repasse de informações.

Diante da enxurrada de documentos produzidos, a própria disciplina Arquivística procura rever seus conceitos e formas de tratamento e preservação, inclusive, dos documentos eletrônicos. O trabalho do arquivista ganha nova roupagem uma vez que ele tem que se manter atualizado. Ele precisa ter competência técnica, adquirir novos

conhecimentos “[...] métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais” (BELLOTTO, 2004, p. 01).

O volume de documentos confeccionados pela sociedade atual torna impraticável resguardar tudo o que é produzido. O processo de seleção e escolha do que deve ser protegido passa a ser atividade desempenhada pelo arquivista. Minimiza-se o papel passivo de guardião. O arquivista passa a ter poder de decisão sobre o que deve ser protegido (CALDERON, 2013).

Esse poder lhe é atribuído não somente por sua qualificação, mas também provém da instituição na qual concretiza seu trabalho. O arquivista, nesse sentido, precisa conhecer profundamente o discurso estruturante do espaço no qual trabalha. Nesses locais produtores de saber, a instituição representa o Estado e, dessa forma, atende a interesses variados. Dessa maneira, se faz importante problematizar os postulados de legalidade e naturalidade que se fazem presentes nas instituições arquivísticas (FOUCAULT, 1984).

As relações de poder nos Arquivos representam um feixe que percorre instâncias diversas e, podem influenciar no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. O arquivista disciplina o espaço cumprindo normativas e regras que foram instituídas e que devem guiar as atitudes dos usuários. “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar” (FOUCAULT, 1987, p. 143). A vigilância em cima do pesquisador, a observância do trato do documento, o respeito às normas, passam pelo arguto olhar do arquivista.

Desnaturalizar esses aspectos é interrogar o que nos acontece no presente, construindo novos saberes, compreendendo as relações de poder, tornar visíveis os mecanismos que agem na produção de verdades.

Dos Arquivos ainda se depreende a ideia de lugar de memória. “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já História” (NORA, 1993, p. 14). Os arquivos possuem a função de ajudar a recordar algo que um dia poderia ser esquecido. Eles se prendem ao objeto material. E, nesse sentido, a memória é transferida do interno para o externo.

Mas que memória é esta que se resguarda nessas instituições? Afora os interesses de seus idealizadores, a memória ali salvaguardada não é viva, não evolui. Ela se mantém estática, presa entre as paredes da instituição que lhe tem a guarda. Ela é transformada em passado, vira História.

As instituições de memória, categoria representada também pelos Arquivos, só adquirem esse *status* se houver sobre elas “uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21). Essa aura é, principalmente, originada da noção de patrimônio, categoria de pensamento que agrega valores históricos e culturais.

O patrimônio, longe de ser entendido somente como algo em referência à herança e bens materiais, diz respeito a uma construção de memória coletiva e da identidade de um grupo. Segundo o discurso construído pelos intelectuais que se dedicam ao estudo das questões do patrimônio, esta categoria estimula a memória, fortalecendo o sentimento de pertença e por isso mesmo, é alvo de investimentos e políticas de preservação. Os lugares de memória, da mesma forma, estão submetidos a uma proteção.

A ideia de patrimônio não foi criada desinteressadamente. É importante refletir sobre o que deve ser incluído nessa categoria e por quê? Que grupos são representados e quais ficam de fora? Quais memórias merecem ser selecionadas? Quais os critérios para selecioná-las?

Partindo do pressuposto de desnaturalização desses locais, envereda-se na próxima seção na relação entre Antropologia e Patrimônio, lançando vistas a novas leituras e construindo novos conhecimentos.

II - ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO

Nesta seção, apresenta-se uma reflexão sobre o patrimônio, elemento chave na realização deste trabalho. A observância das características que propiciaram o surgimento dessa categoria de pensamento, os conceitos relacionados à área, como o dememória, facilitam a compreensão dos discursos que são produzidos e, principalmente, das políticas de proteção que são elaboradas pelo Estado.

A leitura que se fez sobre o patrimônio para esta seção, toma o viés da antropologia, que tem lançado novos olhares sobre a temática, procurando, por exemplo, desnaturalizar os espaços de memória onde o patrimônio pode ser acessado, produzindo reflexões teóricas sobre as diferentes percepções que os grupos têm sobre o assunto, além da relação entre o trabalho que o antropólogo realiza quando recebe a missão de avaliar e classificar determinado objeto ou manifestação como patrimônio.

2.1 A produção do discurso patrimonial

A palavra patrimônio, tão comumente utilizada na sociedade moderna, diz respeito a uma série de elementos que permeiam nossas vidas. Falamos em patrimônio financeiro, patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, patrimônio imaterial, patrimônio genético. Aquilo que se constitui enquanto herança, alocamos na categoria patrimônio. A palavra remonta à sociedade romana, ao *patrimonium*, e “[...] era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana” (FUNARI, 2009, p. 11).

Da mesma forma que falamos em patrimônios individuais ou familiares, existe também a categoria dos patrimônios históricos culturais, que fazem referência aos elementos que traduzem a memória de uma comunidade inteira. Nesses casos, o bem ganhou uma forte simbologia e afeto por parte da comunidade na qual está inserido, congregando um passado comum, práticas e saberes referentes ao todo.

Mas será possível que um elemento, uma prática e/ou um saber possa representar toda uma comunidade? No caso de grupos sociais subjugados, poderiam estes se enxergar em elementos produzidos por seus algozes? Que memória os patrimônios deixam transparecer?

Tal qual as demais produções do pensamento humano, o patrimônio não deve passar despercebido de análises indagativas e que procurem entender como opera essa categoria dentro da sociedade. O patrimônio pode ser compreendido como parte da memória de um grupo e esta se encontra atrelada a uma noção de tempo que não é compartilhada igualmente por todos os grupos sociais. Comunidades tradicionais entendem o tempo como algo cíclico, baseado na observância do elemento natural. São comunidades fortemente balizadas na memória, não necessitando de objetos e monumentos que lhes remetam a um passado comum. A herança, o patrimônio nessas culturas não se concentra em algo físico, mas na oralidade (ABREU, 2012).

Já a sociedade ocidental caminha em uma linha temporal datada. Aqui, o registro escrito é que tem importância e o documento desempenha o papel de fazer lembrar. Foi nessa perspectiva que surgiu a concepção de patrimônio. “A emergência da noção de Patrimônio, com o sentido que se conhece hoje enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural onde um grupo social pode se reconhecer enquanto tal foi lenta e gradual” (*ibid.*, p. 55).

Tomando a reflexão proposta por Fonseca (2005, p. 58), o patrimônio passou a “[...] designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. Ele passa a atender as demandas de discursos variados: reforçar os valores pregados como adequados ao cidadão; identificar o indivíduo ao território; valor de prova das questões históricas (*ibid.*, 2005).

Desde o século XIX, portanto, esse campo tem se tornado prática visível no meio social. Tutelado por órgãos subordinados à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), estende uma rede de proteção a monumentos, construções, sítios arqueológicos, monumentos naturais, ao que conveniu chamar, patrimônio material (IPHAN, 2014). Através de instrumentos como o tombamento, estes locais são aparelhados por políticas que lhes asseguram a proteção.

No Brasil, o projeto de patrimônio, foi pensado já nos anos 1920, mas somente na década seguinte passa a ser discutido com maior veemência. Quando Getúlio Vargas assume o poder de forma autoritária em 1937, um novo projeto nacionalista é pensado. Esse projeto buscava simultaneamente o tradicional e o moderno (SANTOS, 2014) e, atenderia aos interesses do Estado Novo, que se colocava como agente “promotor da cultura e legitimava a competência da *intelligentsia* nacional” (FERNANDES, 2010).

Inicialmente, os planos faziam referência à cultura material e imaterial pertencentes, aos variados segmentos sociais. Mas, um projeto dessa natureza, que entendia a cultura em uma esfera política, teria dificuldades para ser aceito pelos grupos dominantes. Assim, o projeto que legitimou a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) diferiu daquele proposto por Mário de Andrade. Optou-se por sacralizar os pontos arquitetônicos, espaços de heroísmos, de conquistas nacionais.

A criação do SPHAN justifica-se devido à concepção generalizada, de que os bens se encontravam em vias de desaparecimento. A retórica da perda (GONÇALVES, 1996), aliada a uma suposta indiferença da população com os monumentos – atitude que facilitava a depredação dos mesmos - propiciaram o terreno para a criação do órgão. A perda também se processaria no campo da acreditada alienação cultural. A influência de culturas vindas de fora, poderia suplantar a própria cultura brasileira.

Assim, a alteração do corpo textual do projeto que estabelecia o que é patrimônio deixa revelar o caráter homogeneizador que a categoria pretende, congregando a todos a mesma memória, excluindo os conflitos, mascarando as diferenças. Portanto, a abertura para uma nova concepção de patrimônio, alterou as relações deste com a sociedade e com as disciplinas do conhecimento que interagem com ele.

Os bens culturais, reconhecidos como patrimônio nacional, devem ser protegidos. E, o “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal.” (IPHAN, 2017). Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25 (de 30 de novembro de 1937). O bem cultural passa a fazer parte do livro de registro protegendo-o por meio de legislação específica. Estes livros se constituem como o instrumento legal que concretiza as ações e os discursos empreendidos pelo órgão responsável pela preservação.

Os livros de tomo assumem, também, a função de arquivo, pois permite o registro e o inventário do patrimônio material de um povo. Somente após ser inscrito em um dos quatro livros do tomo, é que o bem passa de fato a constar como patrimônio recebendo todos os efeitos legais decorrentes do ato (DECRETO LEI Nº 25/37).

Por meio desse instrumento, a partir de 1938, ocorreram as primeiras inscrições de bens considerados patrimônio brasileiro. A grande maioria se referia aos bens de ‘pedra

e cal', as grandes edificações⁶. O apreço por fazer desses locais patrimôniosreflete a construção de um ideal cultural a partir dos moldes europeus, além de que, essas construções deixam transparecer o passar do tempo cronológico. “O interesse por eles estaria ligado aos valores da época neles visíveis” (KERSTEN, 2000. p. 39).

Os monumentos, as grandes obras arquitetônicas preenchem nesse momento a concepção de patrimônio empreendida pelo Estado. Através desses elementos a história nacional, os grandes heróis e os lugares que participaram de eventos considerados históricos, poderiam ser desvelados, fomentando um sentimento de pertença.

A ênfase na salvaguarda do bem arquitetônico ou no monumento diz respeito ao que Gonçalves (2002) entende como gênero de discurso do patrimônio. Enquanto discurso, o patrimônio é produção, uma vez que os bens assim caracterizados só existem nessa classificação, em virtude de uma prática de reconhecimento empreendida por determinado grupo. O gênero estaria ligado à monumentalidade exacerbadamente buscada como marca definidora do que é patrimônio no Brasil.

A forte representatividade atribuída ao bem ajuda a manter o elo entre este e o sujeito, ligação importante para a construção da identidade e do acesso à memória, ocasionando uma rede de identidades coletivas (LEÃO, 2009). Acionada a representatividade do grupo com o objeto, estes elaboram novas formas de compreender a realidade em que vivem e que por suas ações e digressões são capazes de modificar (MOSCOVICI, 1978).

Dessa forma, as ideias de representatividade e discurso, desnaturalizam essa categoria e auxiliam a entender por que se determinaram inicialmente, políticas que selecionavam e protegiam construções e objetos que diziam respeito aos grupos dominantes, entendendo-os como símbolos nacionais e, portanto, como patrimônios da sociedade brasileira. O gênero do discurso do patrimônio abordado por Gonçalves (2002) torna-se dessa forma, prática comumente exercida pelos órgãos do patrimônio.

Entretanto, assim como a representatividade foi utilizada pelos grupos dominantes como manobra para criar familiaridade entre os indivíduos e os objetos, ela passou também a ser recuperada pelos grupos marginalizados. Tornou-se cada vez mais forte a busca por reconhecimento social e por direitos outrora negados por parte daqueles que no percurso da História ficaram à margem de suas narrativas, além da obliterada participação em decisões políticas e econômicas. Assim, e ainda dentro da

⁶A lista completa de bens tombados desde 1938 até 2016 está disponível no site do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 25/01/2017.

proposta de Gonçalves (2002) e marcando um contra ponto à monumentalidade do patrimônio, encontra-se o cotidiano. Essa classificação acompanha as mudanças própria concepção do que é o patrimônio. ‘A pedra e cal’, os bens arqueológicos e os diversos objetos protegidos pelos museus, não davam conta de responder a variedade das práticas culturais encontradas na população brasileira.

Surge então, o gênero de discurso patrimonial do registro do cotidiano, ilustrado por Gonçalves (2002). Novas formas de representação dos grupos sociais entram em análise. A pressão dos grupos que não se viam representados nos elementos indicados pelo Estado como patrimônio, além do crescente debate em torno da temática, levam a uma alteração na Constituição de 1988, que amplia a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a existência de bens de natureza intangível, “[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas, objetos, lugares culturais” (UNESCO, 2003).

Essa ampliação entrou em conformidade com intenções de Mário de Andrade, que entendia o patrimônio como categoria que abrangia não somente as estruturas arquitetônicas, mas “[...] hábitos, credences, cantos, lendas e superstições populares” (SALA, 1990, p. 21).

A amplitude do conceito – que considera, também, o patrimônio imaterial – traz como foco da discussão o tempo presente. Este é que passa a ser valorizado. É nele que as diferentes práticas se manifestam de forma viva, a experiência se concretiza e é transmitida. Dessa maneira, por se tratar da patrimonialização de formas de vida, o tombamento não é o instrumento utilizado na salvaguarda, mas sim, o registro em quatro livros.

Entretanto, até mesmo essa categoria deve ser vista com ressalva. A noção foi elaborada segundo perspectivas sociais diferentes daquelas dos agentes, ou seja, é preciso também indagar que patrimônio imaterial é registrado. Como exemplo dessa prática desnaturalizadora do patrimônio intangível, Gonçalves (2009) através do estudo sobre a Festa do Divino Espírito Santo, entre imigrantes açorianos no Brasil e nos Estados Unidos, revela que para os devotos os usos dos objetos, a culinária e outros elementos são percebidos diferentemente da concepção elaborada pelo Estado. “As classificações dos devotos são estranhas a tal concepção de patrimônio. Do ponto de vista deles, trata-se fundamentalmente de uma relação de troca com uma divindade” (GONÇALVES, 2009, p. 30).

Nesse ponto, a contribuição da Antropologia tem ajudado a refletir sobre as questões do patrimônio. O tema dos museus foi o grande agitador desse movimento,

permitindo uma reflexão menos apaixonada sobre a temática. A análise antropológica permite investigar as diferentes estratégias que são articuladas pelos envolvidos na questão patrimonial.

As práticas de colecionamento encontradas nos museus e agora reanalisadas pela Antropologia, representam também, um retorno da disciplina aos locais de seu nascimento (ABREU, 2010). Assim, pensando o patrimônio nesses espaços, considerados lugares de memória, os antropólogos realizam uma reflexão sobre a lógica dominante, lógica que fabrica sentidos, memórias e identidade e suas relações com o patrimônio.

2.2 O patrimônio e a formação da Memória

A ideia de patrimônio entendida pela sociedade modernase assentou desde o seu início, no objeto material. Mais recentemente passou a incluir em sua conceituação, as práticas e os modos de fazer. Mas, o fato é que, partindo de um ou outro elemento a intenção é resgatar e perpetuar uma memória.

Em termos psíquicos e baseados em nossos valores modernos, a memória é entendida como o processo de adquirir, armazenar e recuperar informações, ligadas a capacidade humana de perceber a passagem do tempo. Seu estudo pode ser empreendido por diversas outras áreas do conhecimento (LE GOFF, 1990). E, embora diga respeito a uma característica individual, é possível também falar de uma memória coletiva, compartilhada, moldada e resignificada pelos seus agentes.

Sendo coletiva, se faz perpetuar. Nas sociedades tradicionais a memória é transmitida pela oralidade, não se inscreve em um suporte material a que se possa acessar pela observação. A contagem do tempo está fortemente ligada aos elementos naturais, implicando em lembranças que interligam diferentes mundos (ABREU, 2012). Já para as sociedades baseadas na linearidade do tempo e na escrita, a memória é acessada nos documentos, nos monumentos, nos objetos ao nosso redor; funcionariam como uma ponte, ligando as sociedades ao seu passado.

O que constitui essas memórias? Tanto a individual quanto as coletivas? Segundo Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória são: os acontecimentos vividos pessoalmente; os agentes, ou seja, as pessoas e os lugares – lugares de memória. Refletindo também sobre a questão da memória, Halbwachs (1990) coloca os

objetos como meios que auxiliam no acesso a memória e, pergunta o porquê do apego a esses elementos. Numa possível, resposta, afirma: “os objetos materiais com os quais estamos em contato diário mudam pouco, e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade” (*ibid.*, p.131). Com efeito, segue abordando que os fatos não estariam em nosso espírito, nos auxiliando a rememorar o passado, “se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (*ibid.*, p. 143).

Quando, por exemplo, para o desenvolvimento de políticas que abordam o patrimônio, o jogo de discursos e os elementos partícipes – oriundos, na maioria das vezes de grupos com algum grau de poder - se faz com intensidade, ocasionando um processo de identificação entre elemento e o passado que se pretende que ele venha suscitar. Essa identificação ou afeto engendrado para o bem, sobre acontecimentos passados, caracteriza-se como uma memória herdada (POLLAK, 1992). E a identificação, a homogeneização são resultados que o patrimônio espera alcançar.

A relação humana com as coisas que produz não se reduz somente a uma funcionalidade com vias a suprir necessidades. As coisas - sobretudo aquelas patrimonializadas - mediam o passado e o presente, apresentam alma (GONÇALVES, 2013). Essa ligação entre almas oferece um sentimento de pertencimento a determinado grupo.

Tomando alguns dos pontos que a temática da memória oferece, tanto para a História como para a Antropologia, é interessante notar então, que memória é esta que se forma e se torna coletiva. Importante refletir sobre quais elementos ela se apoia, que passado ela pretende manter vivo, pois, assim como o Arquivo, onde não é possível resguardar tudo, a memória, também, não consegue lembrar tudo. Ela seleciona e lança para o esquecimento muitas outras coisas.

Quando relega ao esquecimento e ao silêncio os símbolos, recusa também seus agentes formadores. Assim, os grupos socialmente marginalizados tiveram suas memórias proibidas. As memórias desses grupos não eram consideradas representativas segundo o modelo estatal, para uma pertença nacional brasileira. Mas, a medida que estes mesmos grupos subjugados vão se tornando conscientes de sua participação social e de sua contribuição cultural, as memórias – a dominante e a proibida – entram em conflito e revelam a dinâmica entre memória e patrimônio.

Velho(2007) retrata esse conflito quando, em 1984, foi relator do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, localizado na Bahia.

O terreiro de Casa Branca apresentava uma tradição de mais de 150 anos e, com certeza, desempenhava um importante papel na simbologia e no imaginário dos grupos ligados ao mundo do candomblé e aos cultos afro-brasileiros em geral [...]. Não era nada que pudesse assemelhar-se à Igreja de São Francisco em Ouro Preto, aos profetas de Aleijadinho, em Congonhas, Minas Gerais [...] (VELHO, 2007, p. 249/50).

Valendo-se do discurso antropológico, da identidade que o local gera e da contribuição das tradições afro para a sociedade brasileira, parte-se em defesa da patrimonialização do terreiro. Nesse momento, os impasses se revelam. Destaque para a questão imobiliária e a relutância dos próprios membros do órgão patrimonial em reconhecer o local como patrimônio brasileiro. Reflexo de políticas que privilegiavam as suntuosas construções luso-brasileiras em detrimento da valoração de outros grupos formadores do povo brasileiro. Apesar de todas as adversidades, o terreiro foi tombado, constando em três livros do tomo.

Situação semelhante envolvendo o jogo de interesses ocorreu no Piauí. Em fins do mês de Junho do ano de 2015, começou a circular nas redes sociais, a informação de que no Centro da capital Teresina, mais uma residência de arquitetura neoclássica, datada do século passado estaria sendo destruída propositalmente. No seu terreno, um projeto para a construção de um estacionamento estava sendo articulado.

A casa, edificada no século XX, pertence às três filhas da proprietária original, já falecida. As atuais responsáveis pelo imóvel residem em outro estado, estando a Casa Madalena – como fora chamada – abandonada.

Assediadas pela iniciativa privada, e sem condições de manter a preservação do imóvel, os planos de compra e venda se concretizariam não fosse a mobilização gerada por estudantes que ocuparam a residência por vários dias até que os órgãos competentes fossem acionados e as medidas legais de proteção fossem retomadas. As Figuras 1 e 2 mostram a residência e o estado em que se encontrava quando da ocupação.

O conflito de interesses que permeiam o patrimônio alcança instâncias diversas. São memórias, jogos políticos, econômicos, mercadológicos, turísticos, históricos. Canclini (1994) elenca o setor privado, o Estado e os movimentos sociais como os agentes que movem essas disputas. Não é a toa que os estudiosos da área embasam seus discursos protecionistas no sentimento da perda, já colocado por Gonçalves (1996). Esse misto de interesses é, muitas vezes, encarado como inimigo pelos defensores mais exaltados do patrimônio.

As mudanças no ritmo social impõem assim, novas e constantes reflexões sobre as questões patrimoniais. O fenômeno da globalização e da imigração alteraram radicalmente concepções envolvendo nação e nacionalidade. Produtos e pessoas transpõem barreiras geográficas em questão de horas, culturas são levadas de seus locais de origem para as várias partes do planeta. Como continuar procedendo com a noção há muito formalizada do que vem a ser patrimônio, se a visão que se tem da cultura sofre alterações?

As mudanças no ritmo social impõem assim, novas e constantes reflexões sobre as questões patrimoniais. O fenômeno da globalização e da imigração alteraram radicalmente concepções envolvendo nação e nacionalidade. Produtos e pessoas transpõem barreiras geográficas em questão de horas, culturas são levadas de seus locais de origem para as várias partes do planeta. Como continuar procedendo com a noção há muito formalizada do que vem a ser patrimônio, se a visão que se tem da cultura sofre alterações?

Figura 1 – Fachada da Casa Madalena



Figura 2 – Destruição do imóvel



Fonte: Ana Camila Moura/Arquiteta. Retiradas do blog disponível em: <http://noticias.oolho.com.br/cultura/noticia/universitarios-ocupam-casa-historica-para-evitar-que-ela-vire-estacionamento>. Acesso em: 28/02/17.

“Precisamos de novos instrumentos conceituais e metodológicos para analisar as interações atuais” (CANCLINI, 1994, p. 107). O sujeito, diante da enormidade de transformações para onde a modernidade lhe arremessa, torna-se cada vez mais solto, desgarrado daquilo que antes lhe servia como “localizador social”. Esse novoindivíduo passa a degustar de uma nova forma de identidade ou de identidades (HALL, 2005).

Os processos de identificação tem se alterado, pois o indivíduo tem estado, cada vez mais, em contato com uma pluralidade de culturas com as quais pode se identificar ao menos por um tempo. Laclau (1990, *apud* HALL, 2005), denomina esse movimento de deslocamento. “Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder” (*ibid.*, p. 16).

As novas configurações sociais que a globalização trouxe para as pessoas implicam em reconhecer a mutabilidade da identificação individual com aquilo que o Estado continua a colocar como identidade nacional, através do dispositivo do patrimônio. A identificação cultural no mundo moderno, identidade partilhada por um número cada vez maior de indivíduos, é vista por alguns como representante do enfraquecimento das identidades nacionais. Esta por sua vez, se consolidou ao solapar não todas as formas de diferença, mas deu o papel principal para aquelas que atendiam os interesses de seus manipuladores, deixando à margem muitas outras expressões culturais que, se não eram praticadas na clandestinidade, se fundiram às práticas legais e continuaram circulando e resignificando o eu dos indivíduos.

2.3 Patrimônio documental: o documento arquivístico

Compondo o conjunto de expressões culturais do homem, estão as manifestações documentais, responsáveis por transmitir conhecimento e auxiliarem no acesso a determinada memória. Dessa forma, os documentos também se fazem associados à ideia de patrimônio, recebendo a proteção que a categoria institui. Segundo o Programa Memória do Mundo, estabelecido pela UNESCO, no ano de 1992, “grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta” (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO, 1992).

O projeto tem por objetivo facilitar a preservação de documentos, se utilizando de técnicas adequadas; facilitar o acesso a esses documentos; conscientizar sobre a importância documental (RODRIGUES, 2016). Segue ainda alguns critérios para que a partir do dispositivo do registro, possa listar aqueles documentos e os locais onde estão resguardados. Ressalve-se que o registro para a proteção de determinado conjunto arquivístico ou bibliográfico, não tem por foco apenas aqueles que se imagina surgidos dentro da concepção dos estados nações, mas reconhece também “o patrimônio

documental de minorias étnicas existentes dentro das nações, ou de culturas únicas [...]” (HEYMANN, 2009, p. 14).

Anualmente, o Programa lança edital para que sejam realizadas as candidaturas para o Registro. O Brasil conta até agora com 91 acervos registrados, sendo que, um dos últimos registros dessa natureza se deu com o acervo do etnógrafo Arthur Ramos ⁷.

Mas, o que vem a ser patrimônio documental, categoria que explica a criação do Projeto? Desde longa data, as sociedades fazem uso de diversos materiais para produzir variados documentos. São “inscripciones em piedras, tablillas de arcilla, papiro, pergaminho, pieles, telas, papel, cintas magnéticas, discos compactos y soportes electrónicos” (PEÑA, 2013, p. 40). Dessa maneira, a riqueza documental é extensa e multifacetada.

Sob a perspectiva do Programa Memória do Mundo, patrimônio documental são os manuscritos e documentos raros, encontrados em bibliotecas e arquivos. Esse conceito, no entanto, pode ser ampliado pelos países membros, de acordo com seus interesses (PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO, 1995). Os colombianos a partir dessa abertura compreendem o patrimônio documental como sendo

Conjunto de obras o documentos que conforman una colección nacional, que incluyelas colecciones recibidas por depósito legal y toda obra que se considere herencia y memoria, o que contribuya a la construcción de la identidad de la Nación en su diversidad. Incluyelibros, folletos y manuscritos, microformas, material gráfico, cartográfico, seriado, sonoro, musical, audiovisual, recursos electrónicos, entre otros (COLOMBIA, Ley 1379 de 2010).

Tal concepção não faz distinção entre os gêneros documentais: documentos bibliográficos, documentos de arquivo ou os documentos de museus. Entretanto, autores como Miguélez Gonzáles (1995), descreve o patrimônio documental como sendo somente aquele constituído por livros, resguardado em bibliotecas e documentos, salvaguardados nas instituições arquivísticas.

O documento de arquivo transformado em patrimônio arquivístico é conceituado pelo Arquivo Nacional Brasileiro (2005, p. 130) como o “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um Estado ou de um Município”. Esse elemento constava no projeto original do

⁷Ver matéria em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2016/12/mais-oito-acervos-brasileiros-sao-reconhecidos-pelo-programa-memoria-do-mundo>. Acesso em 15/01/2017.

SPHAN elaborado por Mário de Andrade, mas que perdeu espaço para os monumentos arquitetônicos, ficando os documentos no plano das intenções (SOLIS; ISHAQ, 1987).

O que se delineou a partir de então, foi a elaboração de projetos que não deixavam as instituições arquivísticas a mercê de um total esquecimento. “Desse modo, na década de 1980, identificamos um movimento tímido de fortalecimento das instituições arquivísticas públicas estaduais e municipais, em parte impulsionado pela ação do Arquivo Nacional” (BASQUES, 2014, p. 20). Em 1984, é criado o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (PRÓ-DOCUMENTO) que tinha por finalidade apoiar a conservação e a organização adequada de arquivos institucionais (*ibid.*).

Após a Constituição de 1988 e a ampliação do conceito de patrimônio, atentou-se para o reconhecimento da preservação efetiva e legal dos bens documentais, para a melhoria dos locais e da uniformização de preceitos comuns da Arquivologia, bem como a criação de sanções punitivas para aqueles que danificassem o patrimônio documental.

Em 1991, a fim de fortalecer o discurso em prol da defesa do patrimônio arquivístico é assinada a Lei nº 8159 (BRASIL, Lei 8159/91), mas conhecida como a Lei de Arquivos. Reforça a responsabilidade do poder público com a proteção documental, conceitua arquivos e atesta o direito do cidadão ao acesso dos bens sob sua guarda (LEI, Nº 8159/91). Entretanto, essa lei dispõe basicamente sobre conceitos, não revelando “nenhuma definição quanto aos seus objetivos, forma de estruturação e abrangência. Tampouco há elementos que indiquem o que se considera política nacional de arquivos” (JARDIM, 1995, p. 96).

Pouco tempo depois de sancionada, a lei deu vazão para a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), ambos, projetos elaborados pelo Arquivo Nacional e órgãos vinculados a este. O CONARQ tem por finalidade instituir políticas nacionais para arquivos públicos e privados, exercendo orientações que visam a gestão e preservação dos documentos de arquivo, além da elaboração de atividades técnico-científicas como cursos e seminários (CONARQ, 2012).

Já o SINAR, instituído em conjunto com o CONARQ, é responsável pela implementação das políticas de arquivos. Jardim (1995) discorda dessa finalidade, uma vez que a Lei de Arquivo em seu art. 18 declara que compete ao Arquivo Nacional a implementação das ações políticas. Portanto, “sua função é favorecer a execução dessas

políticas pelos órgãos que o compõem mediante um processo de interação sistêmica” (*ibid*, p. 98).

Ainda sem um maior esclarecimento, a mesma lei delega ao Arquivo Nacional importantes realizações para o desenvolvimento da Arquivística no Brasil. Além de receber, preservar e facilitar o acesso à documentação o Arquivo Nacional mantém relações com as instituições arquivísticas estaduais e municipais, em uma situação de apoio mútuo.

Um olhar acurado, entretanto, revela a inexistência de uma política arquivística verdadeira. Cabe ao CONARQ, implementar políticas que cheguem a todos os arquivos brasileiros. Mas quais? O corpo da Lei nº 8159 em nenhum de seus artigos explicita seu entendimento sobre o que considera uma política de e para arquivos, quais delas seriam pertinentes e viáveis de serem convertidas em ações, a sua adequação a cada instituição arquivística espalhadas pelo país, entre outras indagações. Assim, a inexistência de uma política para a lei, em caráter nacional se converte em uma não construção política, embora os mecanismos políticos, organizacionais e jurídicos existam (JARDIM, 2008).

Tais questões revelam o microcosmo que são as instituições arquivísticas. A incompletude da lei, movimentada vez ou outra por decretos, a carga simbólica que é auferida a esses lugares, suas relações com o Estado, com a sociedade e com o material que resguardam, os diferentes usos que se pode fazer, os interesses envolvidos em suas criações, os jogos políticos e de poder que são estabelecidos, enfim, tudo torna as instituições arquivísticas pequenos universos imersos nas diferentes realidades dos estados que representam.

Dessa maneira, a próxima sessão abordará o universo do Arquivo Público do Piauí. Tal averiguação se deu a partir da observação participante, técnica preferencial da Antropologia para a reflexão das questões a que vem se ocupar. Levada a campo com uma bagagem limitada de conhecimento em Arquivologia e, um pouco mais amparada pelas leituras patrimoniais, cheguei ao campo, portanto, ideias fugazes sobre que ambiente seria apresentado e que dados poderiam ser coletados. Dessa forma, a pesquisa revelou conflitos internos, relações de poder, as condições de trabalho, as condições do acervo, um breve perfil dos usuários. Tais elementos finalmente, se mesclam à noção de patrimônio que é levantada pela instituição.

III – CASA ANÍSIO BRITO

Esta seção busca apresentar as observações feitas no campo. O foco aqui revelado diz respeito ao espaço da instituição e as relações estabelecidas nele. Segundo Augé (2005), um local é constituído pelos sentidos que os indivíduos lhe atribuem. Assim, ao compreender esse espaço e como ele é inventado pelos que ali trabalham e como atua na preservação documental, pode-se vislumbrar a ideia de patrimônio que permeia no local, ideia esta construída pelo Estado, pelos funcionários e pelos usuários.

Esta ida a campo, terceira fase do desdobramento de uma pesquisa segundo DaMatta (1978), trouxe questões que alteraram certos planos pensados para o desenvolvimento desse estudo, a exemplo das entrevistas com os servidores da Casa. Entretanto, estas alterações possibilitaram conhecer outras metodologias para a obtenção de dados para pesquisas de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa apresenta esta característica: a de não estar fechada a um único modelo. Aspecto reiterado por Becker (1999) ao afirmar que nas pesquisas sociais a improvisação é, muitas vezes, necessária para solucionar os problemas do campo.

Assim, a familiaridade que foi estabelecida com os nativos do Arquivo Estadual do Piauí, permitiu a coleta de dados através das conversas do cotidiano. Segundo Spink (2010) essa metodologia, ainda é pouco explorada no Brasil, mas, o trabalho com as conversas do cotidiano apresenta-se mais rico “[...] quando comparado com o material de entrevista que, em contraste, parece ser uma camisa de força” (p. 55).

Foi através dessas conversas que pude ter acesso a algumas opiniões elaboradas pelos servidores tanto sobre seu espaço de trabalho, suas atividades, noções sobre a importância do local e do acervo ali contido, suas relações com os demais funcionários e com os usuários. Tais aspectos auxiliaram na desconstrução de um espaço que a primeira vista parecia imutável.

Com o propósito de obter uma visão de fora, foram coletadas por meio de questionário aplicado aos usuários, suas impressões sobre o espaço. Foi uma amostragem pequena e por isso, não deve ser tomada como um dado generalizante. Percebi que o uso dos espaços que constituem o arquivo variava de acordo com o interesse do usuário.

3.1 Entre contradições: localizando o Arquivo do Piauí

No centro da cidade de Teresina, em meio ao vai e vem das pessoas, existe um prédio (Figura 3) que parece incólume à velocidade que guia a vida das sociedades modernas. Ocupa meio quarteirão, estando próximo ao conjunto arquitetônico patrimonial ⁸ de Teresina (Figura 4 e 5). Em seu interior um pequeno universo tenta se adequar ao que o exterior lhe bombardeia, e, embora possa não parecer, esse micro cosmos está em movimento.

O prédio em questão trata-se da Casa Anísio Brito, casarão construído em 1909, no estilo *Art Déco*. Esse estilo arquitetônico marcou profundamente inúmeras construções nas décadas seguintes. Contudo, embora recorrente, ele é pouco pesquisado nos cursos de arquitetura. (CORREIA, 2008).

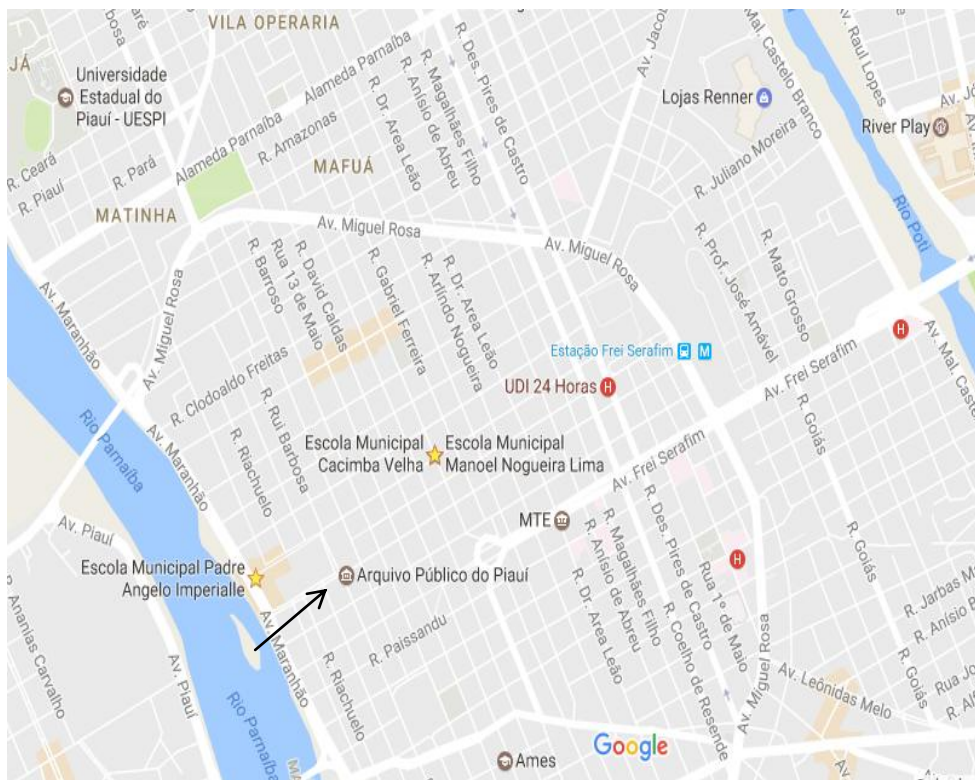
Figura 3 – Casa Anísio Brito



⁸O conjunto arquitetônico inclui a Antiga Intendência (atual Fundação Wall Ferraz), a Escola Normal (atual sede da prefeitura), a Igreja Nossa Senhora do Amparo, o Museu do Piauí, o Mercado Público e o prédio da Delegacia Fiscal (atual Justiça Federal).

Fonte: acervo pessoal.

Figura 4 – Localização do Arquivo



Fonte: Google Maps (março, 2017).

Figura 5 – Detalhamento da localização



Legenda:

- 1 - Prefeitura de Teresina
- 2 - Arquivo Público do Piauí
- 3 - Igreja Nossa Senhora do Amparo
- 4 - Museu do Piauí
- 5 - Mercado Público Central
- 6 - Praça Marechal Deodoro (Praça das Bandeiras)

Fonte: Google Earth (março de 2017)

Em Teresina o *Art Déco* foi utilizado, também, no Hospital Getúlio Vargas⁹, no Liceu Piauiense e no Cine Rex. As formas geometrizadas, inicialmente, satisfizeram os gostos da elite e estiveram presentes tanto em residências como em prédios comerciais. Nas décadas de 1930 e 1940, popularizou-se entre as cidades brasileiras (CORREIA, 2008). Buscando traduzir para a arquitetura ares de modernidade, o estilo é representativo do momento econômico e político do país, cuja bandeira principal era o desenvolvimento.

À medida que se buscava urbanizar a capital conferindo-lhe ares de modernidade, houve o despontamento de edificações (públicas e residenciais) em estilos arquitetônicos variados, a exemplo do clássico, neoclássico e eclético (ANJOS; SOARES, 2010). Tais concepções arquitetônicas se faziam presentes nos lugares que eram frequentados pela elite teresinense. Desta forma, essa elite, ainda que de maneira tímida, apoiou as políticas do patrimônio nascentes no Estado. O discurso dos defensores do patrimônio encontrava ressonância nos locais por eles frequentados. Tal conexão é abordada por Gonçalves (2005): “Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público” (*ibid.*, 19).

Já a população menos abastada, em decorrência da imposição de um projeto modernizador se viu obrigada, por atos criminosos¹⁰, a se afastar para áreas periféricas. O sentimento de identidade delas com o bem se tornou praticamente nulo (NASCIMENTO, 2002).

No Piauí, segundo Pedrazzani (2005), até a década de 1970, só constavam sete bens patrimonializados e, estes na esfera nacional. Foi nesse período que as discussões em torno do patrimônio piauiense foram discutidas enfaticamente. De acordo com Fonseca (1997), esse momento corresponde à fase moderna do IPHAN. Nesse período, as políticas patrimoniais flutuavam entre o favoritismo à pedra e cal e políticas que abrangiam uma pluralidade brasileira. Somente em 1988, é que essa pluralidade é reconhecida pelo governo.

Ainda que estas considerações já estivessem sendo feitas, valorizou-se o tombamento dos prédios e outros locais que o Estado entendia como representante da

⁹Segundo relatos, o prédio do Arquivo Público teria sido erguido com o material que sobrou da construção do Hospital Getúlio Vargas.

¹⁰Entre as décadas de 1930 e 1940, a cidade de Teresina passou por um processo de planejamento urbano com vias a modernidade. Nesse período, as pessoas que moravam na região do Centro, em casas de palha de coco babaçu sofreram com incêndios constantes. Considerados criminosos, esses incêndios tinham por objetivo afastar essas pessoas da zona central, para torna-la limpa e esteticamente, bonita.

sociedade piauiense. A região privilegiada, para receber os efeitos das políticas patrimoniais, foi o Centro da capital.

Nestas conjunturas, o governo do Estado institui a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)¹¹. A esta caberia “coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes à proteção do patrimônio do Estado” (PEDRAZZANI, 2005, p. 61).

Embora a Lei estadual nº 4.515 de 09 de Novembro de 1992 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Piauí, estabeleça no seu Capítulo 1, Artigo 2º, que:

Os bens e as manifestações de que trata esta Lei poderão ser de qualquer natureza, origem ou procedência, tais como: históricos, arquitetônicos, ambientais, naturais, paisagísticos, arqueológicos, museológicos, etnográficos, **arquivísticos**, bibliográficos, **documentais** ou quaisquer outros de interesse das demais artes ou ciências [grifomeu].

nota-se que o Arquivo do Estado, mesmo estando próximo ao conjunto arquitetônico tombado e, considerado na lei citada não foi objeto de tombamento. Isto implica em dificuldades na preservação dos aspectos físicos do local quanto ao trato com a documentação. A ineficácia das políticas públicas dificulta a realização das suas funções dentro das recomendações do CONARQ. E, portanto, é possível notar uma contradição: o espaço que tem a missão de guardar a memória do povo piauiense (discurso do Estado) não se encontra protegido. E, assim, passei a me indagar: afinal, o que vem a ser o Arquivo Público do Piauí?

3.2 Conhecendo o Arquivo Público

Criado em 8 de julho de 1909 através da Lei nº 533, o Arquivo Público do Piauí, que é designado originalmente Casa Anísio Brito, foi pensado para abrigar as funções de biblioteca, arquivo e museu. Esta designação é uma homenagem a Anísio Brito, figura importante no meio intelectual piauiense. Nascido no município de Piracuruca no ano de 1886, Anísio Brito formou-se em odontologia no Rio de Janeiro em 1911. Retornou ao Piauí para fazer residência. Conciliando os trabalhos na área de sua

¹¹Em junho de 2015, a lei estadual nº 6673 cria a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), em substituição à FUNDAC.

formação, desempenhou também a atividade de professor da Escola Normal, onde lecionava as disciplinas de História do Brasil, Português e Literatura.

Como jornalista, foi um dos fundadores do Jornal Correio de Teresina e, entre 1913 e 1915 foi diretor da Imprensa Oficial. Anísio Brito¹² foi diretor do Liceu Piauiense¹³ onde permaneceu até agosto de 1926 quando foi nomeado diretor vitalício da Biblioteca, Arquivo e Museu do Piauí.

Segundo o corpo da citada lei, ao local caberia: “[...] receber e conservar debais de classificação thematica todos os documentos provenientes ao **direito público, a legislação, a administração, a história e geografia, as manifestações do movimento científico, literário e artístico** do estado do Piauhy” [grifo meu]. Analisando o texto é possível inferir os motivos da criação desse espaço.

Segundo Cook (1998, p. 132) as instituições arquivísticas públicas e privadas tem um caráter artificial contrapondo-se a ideia defendida pela arquivística clássica que entende os arquivos como “[...] acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes”, estes locais são fruto de um empreendimento estatal que, legitima interesses e falas, quase sempre ligados aos grupos detentores de poder. A sua criação, organização e manutenção não são naturais, mas reflexos de uma necessidade do Estado.

Ainda com relação à Lei nº 533, percebe-se que a memória preservada pela instituição corresponde às ações que historicamente eram exercidas pela elite, a exemplo das atividades relacionadas ao direito, à administração e à literatura. Assim, a construção de uma identidade piauiense englobaria determinados segmentos sociais, contudo, deveria ser recebida por todos e, entendida como representante da cultura do Estado. O arquivo tinha essa função.

A instalação da Casa Anísio Brito ocorreria, somente, em julho de 1925. E, em 1941 aconteceu a inauguração durante o Governo de Leônidas Melo abrigando a documentação, os objetos representativos da cultura material e as obras literárias consideradas importantes para a história e produção intelectual piauiense.

O acervo que passou a constituir o Arquivo abrangia o documentário da Secretaria de Governo, datado dos séculos XVIII ao XIX. Na metade do século XX, os

¹²Foi apurado no desenvolvimento desta pesquisa que há uma considerável produção sobre a pessoa de Anísio Brito de Melo enquanto professor e suas contribuições para o desenvolvimento da educação no Estado, a exemplo do artigo produzido pelo Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes, da Universidade Federal do Piauí, Os intelectuais e o debate educacional: pensar a educação e o Piauí (dezembro de 2016).

¹³Vale ressaltar que o Liceu piauiense foi escola criada para atender ao público rico do Estado. Estas pessoas seriam preparadas para assumirem funções de destaque dentro da sociedade.

arquivos permanentes dos Poderes Legislativo e Judiciário passaram a compor o acervo da instituição, além de periódicos e fotografias (GUIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ, 2008).

A despeito da função de Museu o local recebeu, principalmente, móveis (mesas e estantes trabalhadas em madeira, algumas ainda em uso) e exemplares de fósseis animais. Assumiu, também, a função de Biblioteca. O acervo desta, se compunha de obras literárias de autores piauienses¹⁴. Nas conversas estabelecidas com os servidores atuais, pouco se sabe sobre a origem do mobiliário.

É interessante notar que apesar de ser criado para resguardar documentos e exercer atividades de interesse do Estado, o mesmo não ampara a instituição com recursos suficientes para o desempenho de suas funções. É possível encontrar no acervo da instituição, documento assinado pelo próprio Anísio Brito, onde ele solicitava material, notadamente, couro e papelão, para que a oficina de encadernação pudesse desenvolver suas atividades.

Tal característica não é exclusiva do Estado do Piauí. Em todo o país, independente da época, as instituições arquivísticas sofrem com a ausência de recursos materiais e humanos que possibilitem a conservação do acervo. Dreifuss (1986) narra sua experiência ao realizar pesquisa documental no Arquivo Nacional, em 1976. Acabou, ainda que não intencionalmente, realizando uma etnografia do local.

Ao meio dia eu já estava instalado numa das mesinhas de consulta do Arquivo Nacional, com a minha carteirinha de pesquisador e uma pilha de material para consulta. O pessoal era rigoroso na proibição de fumar na sala ou de conversar. Não que adiantasse muito, pois o ruído e as buzinas dos carros passando na rua defronte ao Arquivo já atrapalhavam bastante. E a fumaça e os cheiros dos veículos impregnavam o ambiente, alcançando diretamente o largo e o alto portal de entrada. Mas os funcionários supriam com sua boa vontade as dificuldades inerentes à conjugação das falhas estruturais urbanas e do prédio do Arquivo (DREIFUSS, 1986, p. 29).

Recentemente, a mídia tem chamado a atenção para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Segundo as notícias veiculadas, o referido Arquivo possui uma dívida de R\$ 390 mil reais afetando o funcionamento da instituição. Houve episódios em que a energia foi cortada por falta de pagamento comprometendo a

¹⁴O Arquivo Público do Piauí recebe obras de autores variados, de destaque social ou não. Entretanto, é possível perceber que a maioria dos autores com obras resguardadas na instituição, parte de uma elite letrada que dispunha de tempo livre para se dedicar ao trabalho intelectual.

conservação do acervo por falta de refrigeração¹⁵. A crise financeira no estado do Rio de Janeiro é a alegação principal para justificar os cortes que estão sendo realizados em vários serviços públicos. Interessante notar que estes cortes – especialmente os realizados no atual momento político do país – abarcam elementos que, de uma maneira ou de outra, fazem referência à cultura do país.

Em 1973, é instalada no antigo palacete da faculdade de Direito do Piauí, a Biblioteca Cromwell de Carvalho. Desta forma, parte do acervo literário constante no Arquivo é então transferido para o novo local. O restante do acervo originou a Biblioteca de apoio da instituição. Já em 1980, o prédio onde funcionava o Tribunal de Justiça do Estado foi reformado passando a sediar o Museu do Piauí. Assim como na biblioteca, o acervo de caráter museológico foi levado para o novo local. Encerrava-se, assim, a tripla função da Casa Anísio Brito: biblioteca, arquivo e museu histórico do Estado.

Após a Constituição de 1988, o Arquivo agregou o discurso protecionista e de lugar de memória. Reforçou-se a concepção de patrimônio e propiciou debates no âmbito da arquivologia.

Nota-se que a instituição arquivística se caracteriza por ser mutável e campo de conflitos. Opera a favor do sistema, ao mesmo tempo, que se encontra atada a burocracias que colocam em xeque seu funcionamento. Procurando perceber estas nuances no universo do Arquivo Público piauiense, iniciei a observação, na pretensão de elaborar uma etnografia.

A base dessa pesquisa etnográfica foi a observação participante, que pretende compor uma descrição densa no sentido proposto por Geertz (1997). Para este autor, a etnografia ganha importância ao se utilizar a descrição densa para perceber as ‘miudezas’.

Contrariando Malinowisk (1984), que defendia um longo período junto ao grupo estudado para se obter o ponto de vista dos nativos, Geertz (1989) procura nas conversas e na atenção aos comportamentos, o elemento revelador da cultura. “Deve atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 1989, p.27).

¹⁵ Matéria veiculada em: <<https://oglobo.globo.com/rio/com-divida-de-390-mil-arquivo-publico-tem-luz-cortada-fecha-as-portas-21297179>>. Acesso em 06/05/17.

3.3 – Entrando no campo: a visão de dentro

Manhã de segunda feira. O Centro da capital, desperta aos poucos. As lojas têm suas portas levantadas, funcionários semiacordados caminham para seus respectivos trabalhos. Aqueles que por ventura trabalham próximo ao entorno histórico de Teresina, costumam passar em frente a um grande prédio, que também se prepara para abrir suas portas e fazer girar as engrenagens de seu funcionamento. Às 7h30 da manhã, já é possível ter acesso.

Cheia de dúvidas e incertezas, além do nervosismo que acompanhou boa parte do processo de produção deste estudo, adentrei no universo do Arquivo do Piauí. Já foi relatado no início dessa pesquisa, como ocorreu meu primeiro contato com a instituição. As primeiras visitas realizadas ao local tinham por objetivo auxiliar colegas do curso de História que realizavam pesquisas utilizando os jornais do Arquivo como fonte. Portanto, ao retornar ao local, imagens do saguão e da sala de pesquisa – pontos por onde circulava nessas visitas - vieram à mente.

O visitante que se dirige ao Arquivo do Piauí encontra já na entrada principal, as marcas do estilo da construção do edifício. As portas (Figura 06) apresentam gradil com linhas paralelas, características do *ArtDecó*. Uma vez dentro do edifício, o piso de pastilha (Figura 07) marca o saguão de entrada. Dois lances de escadas, postados cada qual a um lado levam ao andar superior (Figura 08). Os setores administrativos estão localizados no andar térreo.

Próximo a escadaria à direita localiza-se o balcão de informações e registro dos visitantes. Fui até o local e informei que precisava falar com a pessoa responsável pela Direção. Responderam-me que ela estava na sala da administração e que, eu poderia lhe falar após preencher o cadastro.

O cadastro consiste no preenchimento de uma ficha de identificação do visitante informando a instituição ao qual se encontra vinculado. O preenchimento foi realizado manualmente, em um caderno próprio. Após este procedimento padrão, recebi a chave de um armário para guardar os pertences pessoais, pois, é proibido adentrar no local portando bolsas ou mochilas. Não me indicaram, porém, a sala da administração. Apurei os ouvidos em busca do som de vozes que pudesse me guiar ao local. Algumas portas depois, a sala foi encontrada.

Uma funcionária me recepcionou e apresentou-me à pessoa responsável pela Casa Anísio Brito e, assim, lhe expliquei o motivo de minha ida até ali ¹⁶. Inicialmente, foi-me autorizada a realização da pesquisa. Mas, houve uma exigência, a apresentação de ofício por parte do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGANT.

De posse do ofício retornei ao Arquivo, dias depois. E, desta vez, me foi solicitada nova explicação sobre a pesquisa e, principalmente, sobre o tempo de observação. Notei certa desconfiança, especialmente, com relação aos dados que seriam produzidos. Moura (2003) relata a dificuldade de desenvolver pesquisa antropológica em um espaço fechado ressaltando nessa circunstância as atitudes de medo e de desconfiança. Os gestores da instituição discutiram amplamente sobre o período de permanência.

Figura 06 – Entrada principal



Fonte: Acervo do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura do Instituto Camilo Filo – IFC, Teresina - PI.

¹⁶Não serão divulgados os nomes dos servidores por motivos de ética e respeito ao desempenho de suas funções.

Figura 07 – Detalhe do piso cerâmico



Fonte: Acervo do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura do Instituto Camilo Filo – IFC, Teresina - PI.

Figura 08 - Escadaria



Fonte: Acervo pessoal.

Embora eu procurasse maneiras de escapar a essa limitação eles decidiram, por fim, que eu poderia permanecer durante uma semana em cada um dos setores autorizados. A observação ocorreria nos espaços da Recepção, Biblioteca de Apoio, Sala de Pesquisa e a Fototeca.

Frehse (2005) destaca que a pesquisa em Arquivos é fortemente influenciada pela intermediação de elementos variados, a exemplo das delimitações colocadas pela administração. Da mesma forma, como no campo tradicional, no qual o nativo restringe o acesso ao que pode ser observado, na pesquisa realizada em espaços organizacionais também há restrições. A delimitação do tempo dentro da instituição refletiu as suspeitas que o encontro etnográfico (entre pesquisador e nativo) pode ocasionar. A desconfiança que era retratada em alguns dos textos lidos se configurava na prática.

Após ficar acertado o período de observação, bem como os espaços autorizados, fui informada que a bibliotecária entraria em férias, e que, portanto, seria melhor iniciar

a pesquisa naquele setor. Antes de descrever esses espaços e suas dinâmicas apresentarei, em primeiro lugar, os nativos.

3.3.1 O pessoal

O Arquivo do Piauí conta, atualmente, com um número de vinte e três funcionários que se revezam em dois turnos de trabalho ¹⁷ pelos diferentes setores (direção, sala de encadernação, cozinha, biblioteca, sala de pesquisa, hemeroteca) e atividades realizadas. Nas diversas situações e acontecimentos diários, esses funcionários têm de responder à direção da instituição.

Nesse ponto, o fator geracional chamou atenção na relação direção/servidor. Estes, conhecedores do desempenho de suas atividades desde longa data, adotaram em diferentes momentos posturas que contradiziam ou que tentavam diminuir as falas e ações da diretora, que está no posto há pouco mais de dois anos e, em termos de idade, é “jovenzinha”¹⁸.

Segundo a direção do Arquivo, o número de funcionários não é suficiente. Entretanto, a questão de pessoal, ou melhor, a falta dele, é observada desde a organização dos primeiros arquivos brasileiros, como abordado por Lopes (1997). Desde os anos 1960 até a atualidade, essa realidade ainda se faz presente, sendo importante refletir sobre isto.

Não obstante o quadro de pessoal ser reduzido, os servidores suspendem as suas atividades, com certa frequência, para resolverem assuntos pessoais. Desde saídas curtas para ir aos bancos (que se localizam próximos à instituição) a outras um pouco mais longas, para fazer compras ¹⁹. Há, também, uma movimentação interna, entre os setores o que permite as conversas constantes.

A relação entre os servidores no geral é amigável. Mas há aqueles que são mais próximos e outros que preferem manter certo distanciamento. Isso é percebido tornando-se motivo para a realização de comentários, algumas vezes maldosos.

¹⁷Durante as observações, duas funcionárias se encontravam ausentes por questões familiares. Suas atividades dentro da instituição, portanto, não puderam ser analisadas.

¹⁸Em visita realizada, algumas servidoras utilizaram o termo para se referir à diretora atual da casa.

¹⁹Essas fugas, que são de conhecimento da administração, foram motivos de repreensão, mas ainda continuam a ser realizadas. Um dos servidores possui uma técnica: saídas rápidas para resolver uma coisa por vez. Ao retornar ao Arquivo permanece por algumas horas e sai novamente, pra resolver outros assuntos.

Um estudo realizado por Rezende (2002) aborda especificamente as mágoas de amizade. Indagados sobre o significado de ser amigo, os informantes respondiam que era a possibilidade de serem eles mesmos, de compartilhar as dificuldades e alegrias do dia a dia. Entretanto, esse ‘privilegio’ não era compartilhado em todos os tipos de amizade. E mesmo entre os considerados amigos mais próximos, as ofensas e ressentimentos eram percebidos nas falas ou nos gestos.

Outras informações foram levantadas sobre os funcionários acerca do conhecimento que tinham do Arquivo antes de se tornarem funcionários. Alguns responderam conhecer o prédio ‘de vista’ ou saber muito superficialmente sobre as atividades ali realizadas; outros disseram não conhecer nada sobre o lugar até se tornarem servidores. Essa informação é interessante ao se constatar que eles foram transferidos da FUNDAC para o local. Ou seja, trabalhavam num órgão que promovia a cultura, porém, sem ter conhecimento sobre o mesmo.

Esses 23 servidores realizam as suas atividades em diferentes setores que serão apresentados a seguir:

3.3.2 O espaço do Arquivo

A localização é um aspecto relevante quando se discute a implantação de arquivos públicos ou privados. A Casa Anísio Brito, como mencionado, localiza-se na área central da cidade, numa zona comercial na qual há um intenso fluxo de pessoas e de veículos. Desta forma, não é raro o pesquisador ser incomodado pelos ruídos, especialmente, os produzidos por carros de som anunciando propagandas diversas.

O CONARQ faz recomendações precisas sobre o local no qual O Arquivo será instalado. Este, primeiramente, deve ser de fácil acesso. O Centro de Teresina, neste aspecto, congrega várias linhas de transporte: é possível chegar ao local utilizando ônibus, veículos privados e metrô. Contudo, o trânsito intenso interfere na edificação não só ocasionando trepidações, mas também poluição, quesitos estes que são prejudiciais para a conservação dos documentos.

Com relação à construção propriamente dita, segundo as recomendações do CONARQ, “[...] os prédios menores e compactos são mais eficientes quanto à manutenção das condições” (CONARQ, 2000). O Arquivo Público do Piauí encontra-se instalado num prédio de dois pavimentos. No que tange à implantação da edificação no

terreno não foi encontrada nenhuma pesquisa. Mas é possível depreender que a fachada da edificação se encontra voltada para o norte e que há uma maior iluminação e intensificação do calor a partir do meio dia pegando a face oeste do edifício. À direita do Arquivo (face leste), há uma edificação mais elevada, pintada na cor branca. Os raios solares que incidem neste edifício vizinho são refletidos alterando a condição de luminosidade e calor, influenciando as condições ambientais no interior da Sala de Pesquisa e Hemeroteca.

Segundo as Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo (2005), a temperatura adequada deve oscilar entre 15° e 22°. É recomendado que haja um sistema de monitoramento da temperatura e umidade nos locais em que estão guardados os acervos, pois a baixa umidade pode promover a quebra e o esfarelamento do documento. E, as temperaturas elevadas aumentam a probabilidade de proliferação de pequenos insetos como traças e besouros (SPINELLI et al., 2011). Contudo, no Arquivo do Piauí não se observou a existência desse sistema. Ressalto ainda que a temperatura ideal, provavelmente, não é alcançada. Algumas salas não contêm sistema de refrigeração – nesse caso são abertas as portas para a entrada de luz e ar - e as que possuem, são dotadas de aparelhos de ar condicionados ultrapassados que, além de consumir maior energia, não atingem a climatização ideal.

É importante destacar que a ventilação natural pode comprometer os documentos em função do acúmulo de sujeiras e poeiras²⁰. A higienização é uma das atividades recorrentes no Arquivo do Piauí. Dois servidores receberam treinamento em conservação documental, em parceria com o Arquivo Nacional, estando aptos a realizar os procedimentos de limpeza. Contudo, a higienização dos documentos intermediários, localizados no piso inferior, fica a cargo do pessoal dos funcionários dos serviços gerais responsáveis pela limpeza do edifício. A atividade de higienização e conservação dos documentos é realizada numa sala específica, mas frequentemente faltam os materiais necessários para a sua realização.

Outra preocupação dos espaços arquivísticos é com a segurança do acervo. A vulnerabilidade do edifício pode implicar danos sérios a documentação. Os sistemas elétricos e hidráulicos precisam estar em perfeitas condições para que se evite curtos-circuitos, além de infiltrações que possam atingir e danificar a documentação.

²⁰Segundo o Manual Técnico de Preservação e Conservação (2011), são consideradas sujeiras as partículas e materiais estranhos que recaiam sobre o documento. Já as poeiras são o acúmulo de partículas depositadas sobre o documento e que favorecem o surgimento de outras deteriorações.

Problemas dessa natureza não são estranhos a Casa Anísio Brito. Em 2013, o teto da biblioteca quase cedeu em virtude das goteiras. Livros chegaram a ser danificados e as medidas tomadas foram mais no sentido de sanar o problemado que promover uma reforma que evitasse o reaparecimento desses percalços (informação pessoal)²¹.

No decorrer do trabalho de campo, o teto da cozinha – frequentada somente pelos funcionários – desabou. As oscilações de energia foram constantes impedindo funcionamento de aparelhos eletrônicos. A insuficiência de extintores, também, chamou a atenção. No caso de incêndio os funcionários terão problemas para debelar as chamas. O risco para os servidores e para a documentação é elevado. Outro problema constatado diz respeito a porta eletrônica que apresentou mal funcionamento colocando em risco a segurança de servidores, usuários e da própria documentação.

Para melhor entender o espaço internoserão apresentadas a seguir (Figuras 10 e 11) as plantas baixas dos pavimentos inferior e superior. Nelas percebe-se que há salas com metragens ligeiramente diferentes com usos diversos abrigando: a Recepção, Administração, Almoxarifado, Biblioteca, Hemeroteca, Sala de Encadernação, Fototeca, Sala de Pesquisa, entre outras.

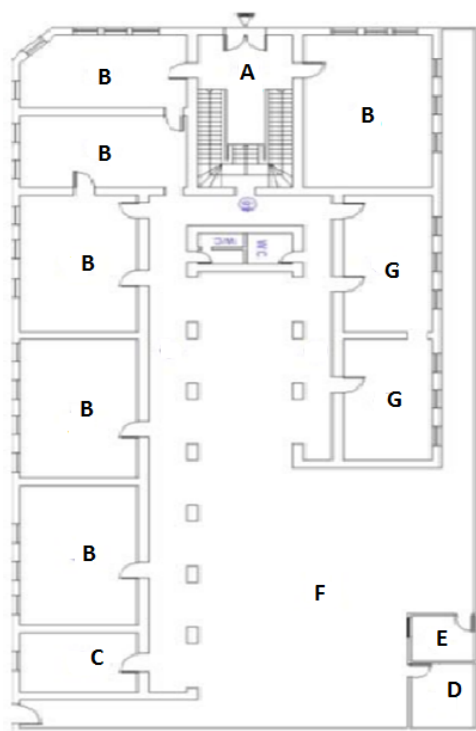
No piso inferior encontram-se: o Setor de Recepção ao visitante, a Administração, a Sala de Encadernação, Cozinha e Almoxarifado. As outras seis salas existentes nesse piso não são abertas ao público e funcionam como depósitos para documentos a serem classificados e para aqueles considerados arquivos intermediários²².

A presença do setor administrativo na parte inferior dá margem para que os funcionários dos setores do andar superior tenham certa liberdade, uma vez que a vigilância sobre suas atividades não se faz constante. Quando surge algum problema ou questão a ser resolvida e dependendo da gravidade do fato, o caso é levado até a administração pelos próprios servidores. Entretanto, essa liberdade e vigilância reduzida, gozadas por alguns funcionários, podem tornar-se motivo de conflitos entre os nativos deste espaço.

²¹Informação obtida através de ida ao local para auxiliar uma amiga e sua pesquisa na Biblioteca de Apoio. A pesquisa nesse dia não foi feita, pois o setor estava fechado.

²²Segundo Miranda (2010, p. 4) “Alguns documentos, mesmo depois de prescritos para fins administrativos, são conservados pela instituição por serem considerados importantes para preservar a memória ou história da empresa ou da sociedade. São os chamados documentos de valor secundário ou histórico”.

Figura 10 – Planta baixa do Arquivo Público (piso inferior)



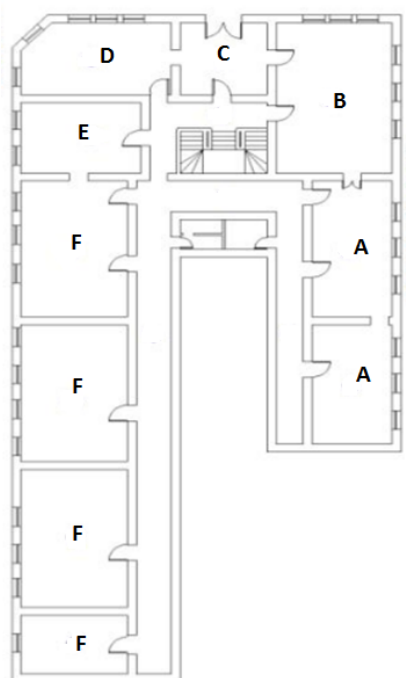
Legenda:

- A - Entrada principal / Recepção
- B - Salas
- C - Sala de encadernação
- D - Depósito
- E - Cozinha
- F - Pátio
- G - Sala da Administração

Escala:

Fonte: Acervo do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura do Instituto Camilho Filho - ICF

Figura 11 – Planta baixa (Piso Superior)



Legenda:

- A - Hemeroteca
- B - Sala de Pesquisa
- C - Sala de Exposição
- D - Biblioteca
- E - Fototeca
- F - Acervo documental (Legislativo e Judiciário)

Escala:

Fonte: Acervo do Escritório Modelo do Curso de Arquitetura do Instituto Camilo Filho - IFC, Teresina - PI.

Devido o número reduzido de servidores, muitas vezes, há a necessidade de realizarem tarefas em outros setores. A exceção, são os servidores da Sala de Pesquisa que, na função de arquivistas deslocam-se no máximo para prestar auxílio na Biblioteca. Tal prática possibilita que um funcionário tenha conhecimento sobre o espaço e o trabalho outro.

Ainda no piso inferior, no lugar em que se encontra o pátio, há projeto para a criação de pequena área verde. Os servidores são estimulados a trazerem mudas e fazer o plantio.

Na Sala de Encadernação há maquinário antigo (datado do início do século passado) constituído por máquinas que realizam: o corte de papel e a uniformização do tamanho; outra para corte de capas em papelão e uma prensa, utilizada em caso do documento apresentar alguma deformidade. Esta última é constituída por duas placas de ferro e uma manivela que ao ser acionada permite que a placa superior prene o documento a fim de deixá-lo plano.

Os jornais são reunidos em volumes. E, para tanto são realizados cortes no sentido de uniformizar o tamanho das folhas. Após esta etapa há a preparação da preparação da capa feita em papelão e recoberta com napa (espécie de couro sintético de fácil manuseio que aceita a maioria dos tipos de adesivos) partindo-se para a costura da capa a fim de fixá-la ao documento. Por fim, o material recebe um carimbo. Se for jornal carimba-se o mês, ano e o nome do periódico na lombada. Porém, há documentos, que são acondicionados em envelopes, recebendo identificação à lápis. Após esse processo, os documentos encadernados ou envelopados são levados para uma das salas na qual ficarão armazenados.

Na Sala de Encadernação são produzidas, também, as caixas e os envelopes para resguardar a documentação. São feitas de papel alcalino na cor branca. Esse papel não permite, por exemplo, a mudança brusca no grau de acidez do suporte papel evitando que o mesmo fique amarelado rapidamente. Da mesma forma, impede que a luz tenha contato com o documento minimizando os efeitos da oxidação.

No piso superior o centro das atenções é a Sala de Pesquisa. Afinal é o espaço onde o usuário tem acesso ao documento, elemento que justifica a existência do arquivo. Há ainda a Sala de Exposição constantemente aberta, a Biblioteca, a Fototeca e as demais salas que resguardam a documentação permanente, a maioria referente aos documentos oriundos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Ainda no piso superior encontra-se a Hemeroteca que ocupa o espaço de duas salas ligando-se à Sala de Pesquisa. Está assim localizada por questões logísticas: os jornais são a documentação de maior procura. Portanto, é mais fácil sua localização se estiverem próximos ao usuário.

Figura 09 – Máquina de corte de papel



Fonte: Acervo pessoal.

A compreensão sobre os espaços que formam a instituição possibilita perceber como o acervo ali contido está resguardado, os cuidados e riscos a que está sujeito. Da mesma forma, a mobilidade dos servidores pelos diversos setores permite a criação de saberes sobre o trabalho do outro. E, favorece, por vezes, na identificação das preferências por determinados setores.

O item a seguir refere-se às observações feitas nos espaços que me foram autorizados permanecer. Procuro descrever as atividades realizadas em cada um deles a fim de evidenciar aspectos do funcionamento da instituição.

3.3.2.1 A Biblioteca de Apoio

Quando Biblioteca Cromwell de Carvalho (Biblioteca Estadual) foi inaugurada, desmembrando a tripla função que o Arquivo exercia, parte do acervo foi

transportado para as novas instalações. Entretanto, alguns exemplares ficaram na Casa Anísio Brito formando a base para a constituição do acervo da Biblioteca de Apoio. A partir desse momento, o local passou a receber doações de obras, revistas e periódicos sobre a história e a literatura do Estado. Obras raras, datadas do século XIX e início do século XX, podem ser encontradas no local.

A sala que abriga o acervo bibliográfico é espaçosa e climatizada. Possui como mobília duas mesas de escritório e onze estantes de livros. As estantes são feitas em madeira e acomodam aproximadamente dois mil livros exclusivamente de autores piauienses demarcando fortemente a identidade literária. A sala conta com um único computador para uso do servidor responsável.

A pesquisa *in loco* não é permitida. A solicitação de determinado livro ou periódico deve ser realizada ao servidor responsável pela Sala de Pesquisa. O funcionário se dirige à biblioteca com a solicitação do usuário, faz a busca e retorna à Sala de Pesquisa com o material. Atualmente, a Biblioteca está sob guarda de um servidor com formação superior em Biblioteconomia. Isso favorece a organização do acervo e, conseqüentemente, contribui para a sua preservação.

O acervo bibliográfico é constantemente renovado em vista do recebimento de novos materiais ou da ‘descoberta’ de livros ou revistas espalhadas nas demais salas da instituição. O inventário do acervo de periódicos, conta com mais de 188 materiais catalogados. As obras bibliográficas ultrapassam dois mil exemplares. Quando da observação no local, estava em ação o processo de catalogação do acervo de José Eduardo Pereira ²³. A biblioteca recebeu um número considerável de obras, mas esse material passou por um processo de seleção: só ficariam resguardadas as obras que versassem exclusivamente sobre o Piauí. O material que não se encaixasse, seria enviado para a Biblioteca Estadual ou devolvido para a família. Duplicatas ²⁴ foram alocadas em caixas e recolhidas no depósito para fins de reposição.

Castro (2008, p. 29) aborda sobre a lógica da seleção. Não se pode guardar tudo, por isso, “[...] o que resta em um arquivo resulta, diretamente, de pessoas que definem certos materiais – e não outros – como ‘aqueles que vale a pena’ guardar”. Portanto, só é catalogado as obras que valorizem a memória piauiense colocando-as sob guarda e proteção, descartando as demais.

²³José Eduardo Pereira foi um advogado tributarista e ex-presidente da OAB- Piauí, entre os meses de fevereiro e março de 1979.

²⁴Segundo o dicionário arquivístico (2005), duplicatas são dois ou mais exemplares de um mesmo documento, independente de sua forma.

Notadamente há uma relação de poder no trabalho realizado nesse setor. French Jr. e Raven (1975) citados em Dias (2008), analisando as relações de poder dentro das organizações, classificaram cinco tipos: o poder de recompensa, o poder coercitivo, o poder legítimo, o poder do especialista e o poder de referência. No caso em análise, é possível destacar o poder do especialista, que se constitui como aquele que é exercido em virtude do conhecimento, de perícia ou habilidade sobre algo (DIAS, 2008).

No geral, o ambiente da Biblioteca é extremamente tranquilo, pois não há uma grande procura pelo acervo como ocorre na Hemeroteca. Por isso, o servidor se ausentava da sala em algumas situações ou quando era solicitada. Frequentemente, dirigia-se à administração a fim de auxiliar nos serviços daquele setor. Nesses momentos eu era convidada a me retirar da sala, pois a mesma seria trancada.

Após encerrar o período de observação determinado pela Administração para a estada naquele setor, dirigi-me para a recepção.

3.3.2.2 A Recepção

Localizada na única entrada do edifício, a Recepção se constitui em um balcão dotado de um computador para a realização dos cadastros. Duas pessoas trabalham no local, uma no período da manhã e outra à tarde.

A rotina de trabalho, geralmente, é tranquila. A recepcionista, após realizar o procedimento padrão da instituição - cadastro e a guarda dos pertences -, autoriza o usuário a subir para o pavimento superior no qual se localiza a Sala de Pesquisa. Embora a Recepção possua um computador, durante o período de estada no Arquivo, os cadastros foram realizados manualmente, pois o equipamento apresentava problemas técnicos. O servidor relatou a demora no conserto, bem como, de outros aparelhos. Enquanto se providenciava o reparo, um livreto (organizado em pequenos cupons cadastrais) era utilizado para registrar os dados daqueles que entravam no Arquivo.

Além das visitas individuais para fins de pesquisa, o Arquivo do Piauí recebe, também, grupos de até 20 pessoas que são guiados por um servidor²⁵ que fornece esclarecimentos sobre o funcionamento do Arquivo e as atividades que são

²⁵O senhor Sebastião, funcionário da casa há mais de 20 anos, é o guia durante esses passeios. No tour que realizei com ele, ficou evidente o conhecimento que a experiência de longa data na instituição lhe proporcionou.

desenvolvidas em cada um dos setores. O agendamento é feito com antecipação junto à recepção através de ofício encaminhado à Administração.

Esse setor apresenta características interessantes. Nos momentos em que o movimento diminui principalmente, quando se aproxima o horário do almoço, a Recepção se transforma em um espaço de reunião e fuga das atividades. Conversas sobre problemas pessoais, relacionamentos, família, dificuldades na realização do trabalho, entre outros temas são os assuntos mais corriqueiros. Há, também, uma comercialização ‘clandestina’ de artigos, majoritariamente femininos.

Essas pequenas pausas para um desabafo, para a busca de um conselho, ou mesmo, para comentários acerca do cotidiano no Arquivo, assenta-se numa relação de cumplicidade entre alguns funcionários. Embora fosse minha segunda semana de pesquisa, acabei participando dessas rodas de conversas, como ouvinte. Nesse momento, recordei os escritos de Malinowski: o tornar-se um nativo. Segundo Flick (2009, p. 201), tal fato se constitui como “[...] uma falha do pesquisador, mas também como um instrumento para refletir o próprio processo do indivíduo de tornar-se familiar e de obter *insights* dentro do campo em estudo, o qual seria inacessível com a manutenção da distância”.

Notei no setor que, alguns usuários que costumam usar frequentemente o acervo do Arquivo, ao se depararem com a ausência do responsável pela recepção, realizam eles mesmos o registro da vista e o procedimento praxe²⁶ de guardar os pertences pessoais no armário. Às vezes, tais ações eram realizadas na presença do próprio funcionário, que já tinha estabelecido uma familiaridade com o usuário e deixava-lhe gozar da liberdade de escrever na ficha cadastral e escolher a chave de um dos armários – há uma disputa entre funcionários e usuários pelos armários maiores.

Em um dos dias de observação me vi envolvida num episódio durante a breve ausência do responsável pelo setor. A situação revelou que os funcionários que trabalham no piso inferior estão sujeitos ao olhar mais atento da administração. Eu observava o movimento na recepção, no momento em que a pessoa responsável resolveu sair para tomar café na cozinha deixando-me sozinha no local. Passados bons quinze minutos, o telefone da recepção tocou. Ao mesmo tempo, outra funcionária que descia o lance de escadas fez sinal para que eu atendesse a ligação. A situação era anormal e entrei em

²⁶Essa situação foi amplamente constatada durante o período na recepção. A pausa para o cafezinho se constitui praticamente em ritual. Nesses momentos, a recepcionista saía de seu posto e me deixava sozinha no local. Ao perceberem uma estranha sentada próximo ao balcão, os usuários diziam conhecer os procedimentos adequados e o realizavam sem mais prejuízos.

pânico, mas fiz o que me solicitava. Para minha surpresa - e desespero – estava ao telefone a diretora do Arquivo. Estacionada a frente do edifício solicitava que alguém fosse até ela pegar um material de peso considerável. Indagou sobre o funcionário do setor ao que respondi com a verdade. Passado mais um tempo, suficiente para que estacionasse ao lado do edifício, entrou e perguntou mais uma vez pelo servidor. Totalmente em pânico não pude responder pelo que se mostrava óbvio: não havia retornado do cafezinho. Minutos depois, fiquei sabendo que havia sido chamada a sua atenção, pois retornou bastante chateada. Logo após fui convocada à administração. E fui informada de que aquela situação não fora um incidente e não se repetiria. No dia seguinte, o cafezinho havia sido proibido²⁷.

O ‘caso do cafezinho’ e o conselho oferecido na conversa, deixa transparecer o peso que a produção escrita ainda tem na sociedade, de como ainda escrever sobre o outro pode significar tocar em feridas ou problemas que às vezes, se procuram manter escondidos. No caso de instituições, essa situação é mais conflitante.

Da mesma forma, a passagem por esta experiência, de ser alocada nas atividades desenvolvidas pelo nativo daquele setor, permitiu-me obter informação sobre a relação de hierarquia, tanto vertical quanto horizontal. E, correndo o risco de estar interpretando erroneamente, o caso me pareceu ser uma pequena abertura no *status* de nativa. Ao me impelirem a atender ao telefone, estava realizando uma atividade que não pertencia ao meu papel de pesquisadora, mas a uma atividade que qualquer outro servidor do local poderia executar. Essa tomada de consciência do papel de nativo, de um relacionamento etnográfico, foi discutido por Folhes (2004) ao abordar a relação estabelecida entre William Crocker e os Canela. Estando em posição estabilizada com este grupo social, Crocker foi obtendo dados sobre o que realmente estava interessado.

3.3.2.3 A Sala de Pesquisa

O trabalho na Sala de Pesquisa é realizado por três funcionários. É nesse espaço que o pesquisador tem acesso aos documentos salvaguardados no Arquivo. A sala possui várias janelas que ficam fechadas, mas que ainda assim, permitem a entrada de muita luz uma vez que são vedadas com veneziana e vidro. É bem espaçosa, suficiente

²⁷A proibição, no entanto, serviu como mais um motivo para a saída dos funcionários dos seus postos de serviço. Eles se dirigiam a uma lanchonete próxima no intuito de tomar o cafezinho. Dias depois, o café estava sendo feito novamente na instituição, mas às escondidas.

para alocar quatro mesas largas, quadradas, de madeira, onde os usuários dispõem os materiais de consulta, além de outras três mesas de escritório para uso dos servidores. Segundo as recomendações, as mesas devem ser de madeira e bem largas para que o pesquisador possa dispor o material adequadamente.

No tocante a esse fato, as mesas na sala de pesquisa seguem o colocado pelas Recomendações para a Construção de Arquivos (2000), mas isso só ocorre de forma eficaz quando a sala não fica totalmente lotada. Quando a lotação é atingida – cerca de 20 pesquisadores segundo foi relatado – as dificuldades aparecem. O espaço se torna pequeno havendo risco de danificar os documentos. A falta de privacidade é notada e as reclamações sobre a existência de uma única sala para pesquisa é registrada²⁸. A criação de mais uma sala para pesquisa demandaria uma reorganização espacial e a contratação de mais pessoal, ação que o Estado não realiza.

A pesquisa aos documentos pode ser feita através da consulta aos catálogos que contém o acervo descrito ou por intervenção dos funcionários, o que ocorre quase geralmente. Quando recebem o documento, os usuários são aconselhados a fazer uso de luvas e máscaras. É proibido fazer anotações com caneta de forma que se o pesquisador não possua lápis, os servidores lhe sedem um, bem como o papel.

Chamo a atenção para o fato de certo desmazelo no manuseio dos documentos. Percebi que a ausência de luvas, por exemplo, no momento da recolha do material solicitado pelo usuário.

Sobre a relação servidor/usuário, ressalta-se a participação dos servidores no desenvolvimento dos estudos de usuários que chegam ao local. Em entrevista concedida à Revista Cidade Verde (2015), a funcionária Iolete Rocha afirma:

Às vezes, o pesquisador começa a falar por um ângulo que não corresponde ao nosso catálogo. Aí a gente tem que ampliar a conversa para chegar ao que, de fato, ele está precisando. É necessário entender quem nos procura. Mas a experiência nos permite facilitar essa tarefa também (ENTREVISTA CONCEDIDA À REVISTA CIDADE VERDE, 2015, p. 73).

É o poder da mediação, anteriormente colocado. Ribeiro (2010) salienta a importância da mediação para os profissionais das áreas de biblioteconomia e arquivística.

A questão relacionada ao acesso, apropriação e uso envolve a mediação do profissional arquivista, tema que ainda é pouco discutido no âmbito da

²⁸Ver matéria disponível em: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/usuarios-pedem-ampliacao-da-sala-de-pesquisa-do-arquivo-publico-266576.html>. Acesso em: 03/05/17.

Arquivologia. No entanto, esse cenário vem se modificando e vem ganhando destaque e reconhecimento quanto a sua importância, uma vez que até então não se levava em consideração o usuário. Contudo, atualmente há a preocupação de disponibilizar informações a fim de atendê-los de forma eficiente (LOUSADA, ALMEIDA JÚNIOR E VALENTIM, 2011, p. 249).

Nem sempre, entretanto, essa relação mediada costuma ser pacífica. Há momentos em que o usuário não conseguiu se expressar com clareza acerca do que estava procurando. Neste momento houve certa tensão.

3.3.2.3.1 O olhar que vem de fora: os usuários do Arquivo

Buscando um perfil dos usuários e sua opinião sobre a instituição, apliquei 30 questionários junto a esse público. O questionário permite que o próprio informante seja o responsável pela informação dada, ou seja, ele próprio responde às perguntas realizadas (APPOLINÁRIO, 2004).

Foram elaboradas apenas seis perguntas, pois um número mais elevado poderia atrapalhar as atividades que estavam sendo realizadas pelos usuários e tais indagações foram realizadas com base em visitas anteriores ao espaço. Goldenberg (2004) coloca que uma das desvantagens em se fazer uso de questionários é o baixo índice de respostas. Por isso, os dados coletados não devem ser tomados como generalizantes. Dizem respeito a uma parcela pequena dos frequentadores do Arquivo Público do Piauí.

Da mesma forma, segundo Jardim e Fonseca (2004) ao realizar a investigação sobre a relação dos usuários com a instituição deve-se voltar o foco para a percepção da satisfação dos indivíduos acerca dos resultados obtidos no processo de consulta aos documentos. No meu caso o foco foi direcionado para a identificação da necessidade da informação. Todavia, ambos os estudos auxiliam a entender quem frequenta esses espaços e o porquê. Esses estudos, embora difíceis de serem realizados, contribuem o surgimento de novas abordagens arquivísticas.

Para aplicar os questionários, aguardei os usuários solicitarem seu material de pesquisa e enquanto o funcionário se dirigia para buscá-lo, fiz a abordagem. Expliquei-lhes o motivo de minha solicitação não havendo necessidade de identificação. Furneci de antemão esta informação para evitar maiores recusas. Feita esta colocação não encontrei rejeição por parte dos usuários. Entreguei-lhes o documento e tomei distância

a fim de proporcionar privacidade para meus interlocutores. A aplicação dos questionários seguiu por três dias.

Os resultados da análise dos questionários revelaram que 26 pessoas provinham de Instituições de Ensino Superior – IES (Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí e instituição particular não informada). Os quatro restantes eram servidores de órgãos do governo, como por exemplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, a maioria estava cursando o ensino superior, ponto que constitui a indagação seguinte.

Ao analisar o nível acadêmico dos vinte e seis, somente dois responderam estar matriculados em programa de pós-graduação (mestrado), ambos na área da História. Os demais estavam cursando a graduação em cursos variados: História, Letras, Jornalismo, Biblioteconomia, Moda.

Indaguei sobre as fontes a serem utilizadas em suas pesquisas e a maioria estava utilizando os jornais. Um dos entrevistados fazia uso da Biblioteca de Apoio e outro, utilizaria como fonte também as revistas.

Os quatro que não tem vínculo acadêmico, por sua vez, foram indagados sobre o uso buscado na instituição: categoricamente todos foram solicitar certidões²⁹.

Sobre o conhecimento anterior do trabalho realizado pelo Arquivo, duas pessoas dentre o total responderam não conhecer o local, sendo a primeira vez que entravam no espaço.

A pergunta final procurava compreender que discurso o usuário tinha formado e/ou iria compor sobre o Arquivo do Piauí. No geral, as respostas descrevem o espaço como guardião da documentação histórica do Estado e que isso significa guardar a memória da população. Tais colocações revelam que a Casa Anísio Brito é discurso produzido pelo Estado, mas também é produto discursivo daqueles que a frequentam.

Foi observado também que muitos pesquisadores, principalmente, aqueles que estão iniciando, chegam sem saber ao certo o que pesquisar e qual documento fazer uso. Nesse momento o servidor da Casa, através de perguntas vai guiando o usuário sobre sua própria pesquisa, dando-lhe sentido até que cheguem ao documento que pode sustentá-la.

²⁹Nenhum deles informou qual tipo de certidão foram buscar junto ao Arquivo.

Desta forma, os servidores agem como mediadores das pesquisas. Segundo Perrotti e Pieruccini (2007), a mediação vai além da transferência de informação e, alcança o nível da produção de sentidos.

Silva e Silva (2012), nessa perspectiva definem duas bases para a mediação: a apropriação da informação – que o servidor/arquivista possui sobre a documentação – e, a interferência que é o ato de moldar as ideias ao nível dos sentidos e da compreensão. Os funcionários, portanto, daquele espaço são os guardiões do acervo, eles são os divulgadores auxiliando o pesquisador na seleção que julgam adequada.

3.3.2.4 A Fototeca

Neste setor ficam armazenadas as fotografias que correspondentes aos séculos XIX e XX. São fotos em preto e branco e coloridas que revelam temas variados: ruas, praças, prédios públicos e privados da capital e outros municípios; álbuns de famílias, eventos culturais. São mais de quinze mil fotografias, resguardadas em envelopes e estes são colocados em caixas de arquivo-morto, feitas de papelão. A seta na Figura 12 mostra onde estavam as caixas de arquivo-morto contendo as fotografias – no chão. O que foi informado é que todas as fotografias estavam passando por uma reorganização, ganhando novas caixas para serem armazenadas e novas catalogações.

Fisicamente, a sala possui uma das melhores climatizações do Arquivo. A iluminação é predominantemente artificial, embora as janelas presentes deixem passar luminosidade também. Três mesas de escritório com computadores garantem a realização dos serviços, incluindo a emissão de certidões.

No tocante a esse serviço – emissão de certidões – presenciei um fato curioso entre usuário e servidor. Entre os serviços oferecidos pelo Arquivo do Piauí (atendimento ao público e orientação à pesquisa) a emissão de certidões é um dos mais procurados. E, o processo de emissão costuma ser lento. O usuário interessado se dirige ao Arquivo, comunica sobre o que constará na certidão (diário oficial, certidão de casamento, de terras, de óbito), um funcionário procura o documento em questão e o usuário procede à busca da informação desejada. Salvo nos casos em que o usuário é idoso, os funcionários realizam a exploração no material. Encontrada informação desejada, a certidão será produzida mediante pagamento de uma taxa.

Certa manhã entrou nas dependências uma senhora em busca de um diário oficial. Foi então comunicada do processo adotado: ela mesma ficaria encarregada de encontrar o a informação no documento que lhe seria entregue. A usuária tomou uma atitude agressiva, pois entendia que era função do servidor proceder à busca das informações. E, passou a ofender o servidor que lhe repassava as informações. A senhora chegou a ameaçar de denunciar o fato para algum canal de televisão. O caso foi comunicado à administração que teve de interferir a fim de apaziguar os ânimos e buscar uma solução. Ficou acordado que, uma funcionária procuraria o diário oficial, emitiria a certidão e entraria em contato com a senhora quando o finalizado.

Passados alguns dias, a interessada ligou buscando informações sobre seu documento. A resposta fornecida ao telefone foi que o diário buscado não constava no acervo. O que havia sido omitido, entretanto, era que o documento nem sequer havia sido procurado. O caso serve para exemplificar novamente o poder de decisão que o servidor tem sobre o documento e sobre o indivíduo que o procura. O encontro entre a senhora e o servidor foi percebido como um encontro etnográfico.

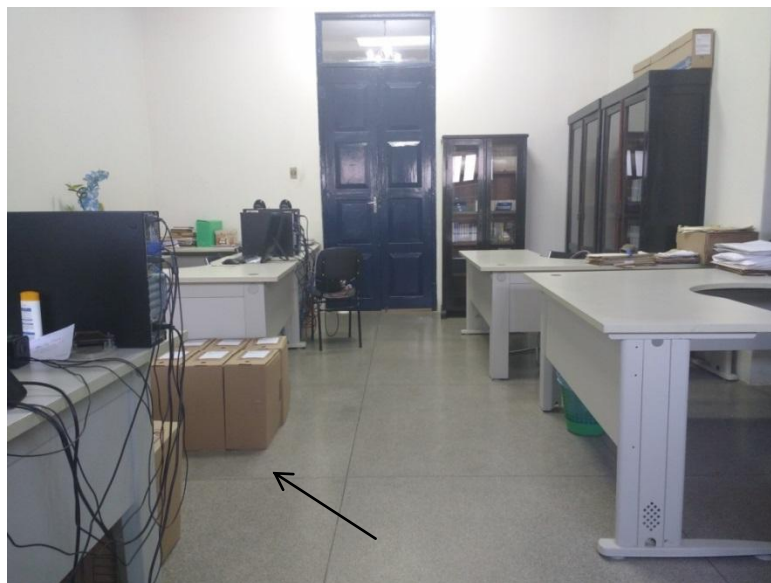
Esse encontro desarmonioso no qual a usuária fez esforço para compreender o funcionamento da instituição. Esse estranhamento é similar ao que o antropólogo enfrenta ao adentrar em um grupo tradicional, que possui normas que lhes são alheias. O servidor, por sua vez, conhecedor e vivente da realidade do Arquivo assume o papel de nativo (CASTRO, 2008). Diante do comportamento nada amistoso da usuária se recusou a ceder informações. A literatura antropológica está repleta desses exemplos³⁰.

Com relação ao arquivo das fotografias este está disposto em caixas. As fotografias são etiquetadas por temas e datas o que facilita no momento da consulta. Nesse local, assim como na biblioteca, não é possível realizar pesquisa documental *in loco*.

A movimentação na sala é mínima e, ao contrário do que ocorria na biblioteca que, na ausência do servidor me via compelida a sair da sala, na fototeca cheguei a passar horas sozinha, entre as mesas e caixas.

³⁰Cito em decorrência de uma leitura recente, o vivenciado por Seeger (2015) e seu estudo sobre antropologia musical realizado junto aos Kisêdjê. O grupo indígena deixara claro que se não gostassem do antropólogo, o mandariam embora.

Figura 12 - Fototeca



Fonte: arquivo pessoal (2017)

Esta explanação sobre o espaço do Arquivo do Piauí auxilia no entendimento de que: a) instituições arquivísticas não são naturais. São espaços construídos e que refletem as características e valores sobre o que se entende por patrimônio documental; b) as condições físicas do prédio, a ausência de investimentos coloca em xeque a existência de boa parte do acervo, principalmente dos documentos mais antigos e que estão em estado bem ruim de conservação.

Essa realidade, contudo, não condiz com o discursolouvaminheiro empreendido pelos diferentes agentes do estado e defensores do patrimônio. Seria isso, reflexo dos tempos líquidos abordado por Bauman (2001) onde o deslocamento identitário é cada vez mais mutável? Ou estaríamos diante de forças políticas que agem sob falsos discursos e elaboram novas formas de inventar uma memória coletiva?

IV – QUE PATRIMÔNIO É ESSE?

Esta seção se propõe a pensar sobre outros aspectos a respeito do Arquivo do Piauí que auxiliam na composição da análise antropológica dessa instituição. Sob o julgo do discurso do patrimônio, produzido por diferentes agentes (Estado, funcionários e usuários), são pensadas e executadas determinadas políticas que, procuram transmitir ao público frequentador e à comunidade em geral, a importância do local e de seu acervo como construtores de um vir a ser piauiense. O próprio discurso da imprensa –às vezes em que se veiculam notícias sobre o local – sempre reforça que a Casa Anísio Brito é importante local para a história e memória do Piauí.

4.1 Abrindo os fundos da memória piauiense

O acervo da Casa Anísio Brito, segundo a ficha catalográfica do CONARQ, “[...] é constituído de documentos históricos e intermediários, abrangendo o período colonial, imperial e republicano. O tipo de documentação inclui: manuscritos, jornais, livros, revistas, fotografias, fitas cassete e de vídeo”.

Entre todos esses documentos transpareceu, durante o período de observação, que os jornais são os mais utilizados. Eles estão contabilizados em torno de 395 títulos. São documentos obtidos a partir de doações do poder público, reunidos em catálogos datados (ano e mês). Compõem este acervo os jornais publicados no século XX, entre eles: O Dia, Diário do Povo, Meio Norte, além, do Jornal O Piauí, Jornal do Piauí e O Estado datados das décadas de 1970 a 1990. É possível, também, encontrar jornais do período de 1920 e 1930. Entretanto, eles não estão disponíveis para consulta devido às suas condições físicas.

Vários ramos do conhecimento fazem uso das notícias veiculadas nos jornais para compor narrativas sobre a memória da sociedade. A Antropologia é um desses campos. Algum destes estudos tem por finalidade verificar como as informações são apresentadas no sentido de desvendar como os relatos são produzidos.

Segundo Tuchman (1993), a notícia é uma construção social, os jornalistas se utilizam de processos que procuram tornar a notícia um espelho da realidade. Por isso, a importância da crítica documental levantada por Le Goff (1990) e já abordada na primeira seção.

Os fundos do setor intermediário abrangem as últimas décadas do século XX e são compostos por documentos da vice-governadoria, da Fundação Cultural, Tribunal de Contas e, das Secretarias de Governo (Obras, Saúde, Administração e Cultura).

Os arquivos de setor permanente são compostos por documentação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Os fundos do Poder Legislativo incluem entre outros, decretos, atas, mensagens, relatórios datados dos séculos XVIII, XIX e XX. Consta como fundo, também, a documentação referente ao município de Oeiras, primeira capital do Estado. Do Poder Executivo, correspondências, despachos e coleção documental sobre a Guerra do Paraguai e Balaiada. Com relação ao Poder Judiciário, encontram-se cartas de sesmarias, registros de casamento, nascimento, óbito, registros gerais de terras, etc (GUIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ).

O acervo de registro audiovisual e constituído por entrevistas, cobertura de eventos culturais e microfilmes de jornais do período imperial e republicano.

Embora os arquivos fossem criados, inicialmente, para guardar documentos considerados relevantes, ao longo do tempo, esses espaços passaram a ser valorizados como lugar de memória e história. Assumindo a missão de guardiões das informações e conhecimentos acerca da sociedade os arquivos se destacam como parte do patrimônio cultural.

Assim, se eles guardam parte dos documentos relativos a uma sociedade é importante que os usuários possam ter acesso a documentação existente (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011). Contudo, no caso do Arquivo do Piauí nem todos os documentos estão disponíveis em função do mau estado de conservação de alguns deles. Manejados, durante muito tempo, de forma incorreta desrespeitando as normas arquivistas, vários deles se encontram rasgados e riscados³¹ o que lhes diminui a vida útil interferindo no acesso às informações. É importante destacar ainda que alguns exemplares de jornais foram lacrados, ou seja, não podem ser manuseados, salvo nos casos em que haja uma autorização da administração e acompanhamento técnico (consulta condicionada).

A conservação do acervo depende não só de técnicos especializados, mas também de investimentos que possam ser aplicados na manutenção do prédio e também na conservação da documentação ali salvaguardada. Segundo notícia veiculada

³¹O uso de luvas para lidar com a documentação tornou-se obrigatório em setembro de 2008, segundo matéria da FUNDAC, veiculada em: <http://www.gpl.com.br/noticias/as-pesquisas-documentais-no-arquivo-publico-so-com-luvas-44785.html>. Acesso em: 17/04/17.

na Revista Cidade Verde (2015, p. 14), a instituição conta com uma renda de “[...] R\$ 2 mil reais/mês para as despesas com a restauração e guarda de documentos e publicações [...] além da conservação da própria sede.”

Com este orçamento irrisório é possível realizar as atividades de conservação e ainda resolver os inúmeros problemas que aparecem no cotidiano. Uma das ações importante para aumentar a longevidade da documentação é a higienização. Esta ação demanda custos e, segundo informações obtidas nas conversas cotidianas, a última higienização foi realizada pelos funcionários da Casa que receberam apoio técnico de arquivistas do Tribunal Regional Eleitoral do estado.

Em face dessa realidade e procurando promover uma adequação aos novos meios de preservação documental, a Casa Anísio Brito vem promovendo a digitalização de seu acervo. Esta tem sido feita com o apoio do Núcleo de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. Dos quase 395 títulos jornalísticos, mais de cem já foram digitalizados com a iniciativa do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense coordenado pela Prof^a. Dr^a. Ana Regina Rego. Esses documentos ganham assim novo formato e suporte. O material da fototeca também foi contemplado: das 15 mil fotografias, três mil já passaram pelo processo de digitalização.

No dia 14 de dezembro de 2016 foram entregues 32 DVD's contendo material digitalizado referente a 600 exemplares de jornais dos séculos XIX e XX. A digitalização é um dos processos utilizados para prolongar a vida do documento, garantindo que seu conteúdo possa estar disponível no meio digital sem que o usuário manuseie o original. Embora seja prática crescente nas instituições arquivísticas no Brasil, o material produzido também requer atenção na manipulação e cuidados no acondicionamento e guarda por parte dos arquivistas responsáveis. Durante a minha estadia um dos CD contendo fotografias digitalizadas desapareceu e o computador disponibilizado na Sala de Pesquisa para a consulta dos jornais digitalizados apresentou problemas técnicos. As pastas virtuais não abriam.

O desaparecimento do CD das fotografias digitalizadas permitiu refletir sobre os cuidados que os servidores precisam ter com relação a guarda dos materiais. Assim como há uma atenção aos documentos no suporte papel, o digitalizado também deve ser assegurado. Portanto, há que se pensar nos procedimentos a serem adotados para preservar e proteger o documento digitalizado. Desta forma, o desaparecimento do CD impossibilitou a acessibilidade ferindo a característica conceitual do documento.

Como, então, difundir as informações contidas nos documentos considerados patrimônio, se o mesmo não pode ser acessado no suporte papel devido às suas condições físicas e, muito menos no suporte digital? Haveria uma hierarquização no campo da importância que, acaba privilegiando o controle e segurança do documento tradicional e, relaxando no documento digital? Seria uma ação provocada pelos agentes internos ou externos ³²?

As ações de digitalização de parte do acervo do Arquivo do Piauí foram realizadas em etapas. A primeira consistiu na preparação do material, iniciada pela seleção do que deveria ser digitalizado. Priorizaram-se os documentos não mais disponíveis para consulta aberta. Em seguida, foi realizada a limpeza e depois o tratamento das imagens: “por meio delas, jornais e revistas passam por um aperfeiçoamento da imagem para que a leitura se torne mais agradável” (RÊGO, 2013, p. 08). Uma cópia do material produzido foi entregue ao Arquivo e outra ficou em poder dos núcleos de pesquisa da UFPI que também se dedicam ao resguardo da memória.

O processo de digitalização encontrou certa resistência entre os funcionários, principalmente, entre aqueles que trabalham no local há bastante tempo. O argumento utilizado é que os Cd's com o uso constante irão arranhar e o acesso não será possível. Mas o mesmo desgaste, ainda que em outras condições, não aconteceria com a pesquisa realizada no próprio documento de suporte papel?

Essa resistência pode ser encarada como uma dificuldade em utilizar as novas tecnologias da informação. Estas cada vez mais presentes alteram a relação do arquivista com o documento. O arquivista precisa, portanto, estar em constante exercício de adaptação, procurando familiarizar-se com as novas tecnologias, com os novos formatos que o documento vai ganhando (NUNES, 2000).

A conservação documental também está relacionada com os aspectos físicos do local, como foi abordado na seção anterior. Segundo consta, a última reforma nas instalações do Arquivo data de 2012, momento em que foram realizadas medidas

³²O roubo de documentos por parte dos usuários tem se tornado prática comum. Recentemente dois casos foram veiculados na mídia: o roubo de 303 obras raras da Biblioteca Pedro Calmon da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o furto de documentos do Arquivo Histórico de Goiás. Ver links, respectivamente: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-04-29/ufjr-sofre-o-maior-furto-de-livros-raros-do-brasil.html> e <http://diariodegoias.com.br/cidades/56576-homem-furtava-documentos-do-arquivo-historico-para-construir-tese-de-doutorado>. Acesso em: 15/05/2017.

paliativas no telhado e algumas pinturas ante mofo³³. Passados cinco anos, os problemas persistem e as soluções demoram a chegar.

Foi anunciado, entretanto, em dezembro de 2016, um convênio entre as secretarias de governo e a Secretaria de Cultura para a realização de reforma e modernização do local. A reforma deve abranger toda a parte física da instituição a fim de promover melhores condições de trabalho e pesquisa³⁴. A administração aguarda o desenrolar dessas negociações e o início das reformas.

4.2 A função social do Arquivo do Piauí

Procurei mostrar até aqui que os espaços dos Arquivos são locais produzidos. Surgiram a partir de uma necessidade que, ao longo do tempo, foi ganhando novos contornos. Aliados a outras instituições, desempenham um papel social, pois permitem a veiculação da memória e da construção de uma identidade, principalmente se o acervo é histórico, considerado patrimônio documental.

Os pensadores que se dedicam ao estudo do patrimônio frisam que tais sentimentos só podem ser introduzidos no seio social se houver um reconhecimento. Em busca desses elementos os arquivos foram desempenhando ações junto aos seus usuários. Os meios de alcance são diferenciados e dependem do apoio do Estado. Embora o acervo esteja dentro das condições já relatadas, o Arquivo do Piauí procura se aproximar da comunidade através da “divulgação do acervo através de exposições, palestras e seminários” (GUIA DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ, 2008).

Nesse sentido, o Arquivo do Piauí promove, principalmente, exposições que divulgam o acervo e procuram uma aproximação entre a comunidade e o espaço. No ano de 2009, centenário da instituição, foi realizada a exposição ‘100 anos de História do Arquivo Público do Piauí’. Naquela data houve um debate sobre a relação do arquivo e a pesquisa acadêmica, além de mesas redondas incluindo os temas: acervo do Executivo e pesquisa histórica; acervo do Legislativo; acervo da hemeroteca, além de debates sobre revistas e jornais piauienses e fotografia como fonte histórica³⁵. Em 2014,

³³Ver notícia veiculada no sítio do Governo: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/2787>. Acesso em 05/03/2017.

³⁴Ver: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/28799>. Acesso em 05/03/2017.

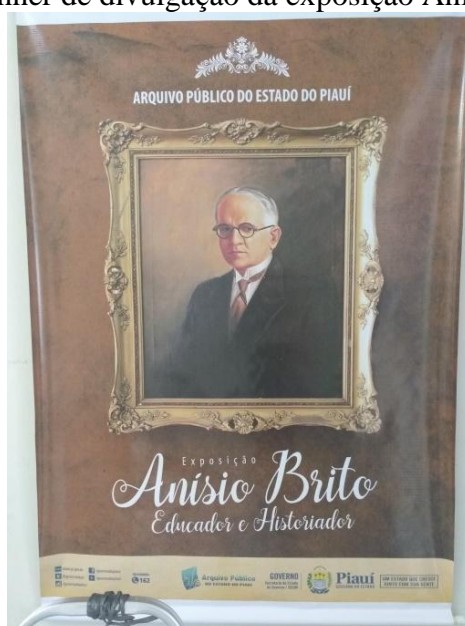
³⁵Disponível em: <http://180graus.com/cultura/arquivo-publico-comemora-100-anos-com-varias-programacoes-220490.html>. Acesso em: 10/03/17.

foram realizadas as exposições ‘História Eleitoral do Estado’³⁶ e ‘25 anos da Constituição do Piauí’. Na ocasião foram expostas as sete constituições do Estado.

O Rio Parnaíba, importante elemento geográfico, foi tema de exposição no ano de 2015. No evento, os partícipes puderam ter acesso a documentos que diziam respeito à regulação de navegação no rio, lista de passageiros dos vapores, orçamentos³⁷.

Em dezembro de 2016, foi realizada a exposição ‘Anísio Brito: educador e historiador’, ocorrendo palestra sobre o ex-diretor da instituição, com a liberação de documentos sobre sua vida e aqueles gerados durante a administração da Casa, que hoje leva seu nome.

Figura 13 - Banner de divulgação da exposição Anísio Brito, 2016.



Fonte: acervo pessoal.

É interessante notar que não há uma periodicidade na realização desses eventos, isto é reflexo da gestão de cada administração. Em 2013, por exemplo, houve a preocupação em sanar problemas de ordem física e de pessoal. Em entrevista concedida, o então diretor Luter Gonçalves afirmou:

As minhas maiores preocupações são a falta de profissionais e equipamentos para conservação dos documentos. Temos 21 funcionários, sendo que o mais novo tem 26 anos de casa. Já com relação às máquinas utilizadas para a encadernação, elas têm 100 anos (ENTREVISTA CONCEDIDA AO PORTAL G1Pi em 27/01/2013).

³⁶Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/168141/arquivo-publico-comemora-105-anos-com-exposicao-sobre-eleicoes>. Acesso em 10/03/17.

³⁷Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/19964>. Acesso em: 11/03/17.

No entanto, quatro anos depois desse depoimento, muitos desses problemas ainda podem ser detectados. O número de pessoal é um dos principais problemas. A maioria dos funcionários está próxima da aposentadoria e nenhuma ação para contratação e qualificação de pessoal está sendo tomada. Surge, então, uma pergunta: o que será do Arquivo Público Casa Anísio Brito se a situação persistir?

Outra divulgação das atividades, normas de acesso e do acervo da instituição foi a realização de um guia onde estão contidas algumas informações sobre o acervo, missão da instituição, normas de acesso ao Arquivo e à Sala de Pesquisa. A primeira edição é datada de 2008 e os exemplares foram entregues para os funcionários do Arquivo e da Biblioteca Estadual. Atualmente, há somente dois exemplares desse guia: um na Biblioteca de Apoio e outro na Sala de Pesquisa.

Contudo, há planos para a elaboração de uma segunda edição, atualizada. Mas até então nada ficou acertado.

Figura 14 – Guia do Arquivo do Estado do Piauí.



Fonte: acervo da biblioteca do Arquivo Público.

Como se observa, há um esforço por parte da administração em divulgar as atividades e ações do Arquivo do Piauí. Contudo, parece que esse esforço não tem sido suficiente para atingir uma parcela maior da população piauiense.

Nesse sentido é importante perceber a possibilidade de uma ação educativa nos moldes da Educação Patrimonial entendida como ações pedagógicas realizadas de forma permanente. A educação patrimonial³⁸ proposta pelo IPHAN tem se intensificado nas últimas décadas auxiliando a elaboração de políticas em prol da defesa do patrimônio cultural (IPHAN, 2014). Projeto de educação patrimonial em parceria com pesquisadores e professores da rede pública poderia ser um viés para romper com a invisibilidade. Uma das possibilidades é levar os estudantes a realizar pesquisas em arquivos documentais. Isto permitiria a sensibilização para o trato com a histórica local, o cotidiano e as fontes documentais (FERREIRA, 2011, p. 3).

A educação patrimonial promove o contato entre a comunidade e a cultura material, presente, por exemplo, em museus e arquivos (SILVA, 2016). O contato por sua vez, estimula a identificação e valorização do bem ou do lugar onde ele se encontra. As ações educacionais dentro dos arquivos, segundo Parrela (2013), encontram dificuldades variadas, em decorrência da demora que esses espaços levaram para encontrar lugar junto aos debates no patrimônio cultural. Os investimentos nessa área são bem reduzidos se compararmos aos museus, que tem repensado seu papel social.

Uma educação patrimonial em arquivos possibilita uma abertura para o conhecimento documental de forma geral, ou seja, possibilita que um grande público possa saber sobre o acervo, sobre as atividades desempenhadas nesses lugares, gerando uma comunicação maior entre comunidade e arquivos, afastando-se a imagem desse espaço como reduto a ser utilizado somente por acadêmicos, ou vez ou outra por um cidadão que venha a necessitar de alguma documentação, situações observadas no Arquivo Público do Piauí.

Segundo Bellotto (2004), as ações em educação patrimonial em arquivos, pode ser: visitas guiadas (atividade realizada na Casa Anísio Brito), aulas de história no arquivo (há, portanto, a necessidade de um diálogo entre a escola, o professor e a instituição arquivística. Essa atividade ocorre esporadicamente no Arquivo piauiense),

³⁸O conceito de educação patrimonial adotado aqui segue o proposto por Horta, Gurnberg e Monteiro (1999, p.4): “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.”.

exposições, publicações destinadas exclusivamente ao público escolar (não foi observada nenhuma realização nesse sentido).

Recentemente, o Arquivo Nacional criou página na rede social Facebook como forma de se aproximar do grande público. Na página são divulgados eventos promovidos pela instituição, avisos sobre funcionamento, divulgação de concursos. Apresenta uma seção intitulada “como fazer?”, onde auxilia na consulta de documentos contidos em seu acervo, além da divulgação deste (todas as quintas-feiras, um documento é apresentado na rede) e de atividades realizadas em outras instituições. O Arquivo piauiense, no ano de 2015 foi premiado com um site organizacional, onde se pretendia fazer divulgação do acervo e das atividades realizadas. Entretanto, o site funcionou por um período curto e depois foi retirado do ar, pois não possui um apoio técnico que o atualize constantemente.

No mês de junho do corrente ano, como forma de se aproximar da comunidade e de destacar o seu valor, a Casa Anísio Brito tem participado da I Semana Nacional de Arquivos, evento que busca celebrar o dia internacional dos arquivos (9 de junho). Mais de 150 instituições do país participaram com programações diversas. No Arquivo piauiense, visitas assistidas, atividades culturais, mesas redondas e uma exposição de documentos textuais e fotografias, fazem parte da programação da Semana.

A realização dessas variadas atividades possibilita que a Casa Anísio Brito, ganhe um reconhecimento que não esteja preso a um público mais voltado para as tarefas científicas. Representa a chance de acesso a todos os indivíduos. Da mesma forma, uma participação popular mais efetiva, traz políticas públicas que melhorem as condições do local.

4.3 Últimas notas sobre a Casa Anísio Brito

Os aspectos abordados até aqui sobre a Casa Anísio Brito permitem refletir sobre as contradições de um local que é visto e entendido como lugar de memória e como patrimônio e, ao mesmo tempo sofre com a ausência de políticas públicas mais eficientes, inclusive, relacionadas a divulgação desses espaços para parte da população.

Ao se perguntar aos usuários sobre o Arquivo do Piauí a palavra mais evocada foi memória. Os arquivos, por resguardarem em sua maioria, uma documentação já em

idade permanente³⁹, ou seja, documentos que já cumpriram a função para a qual foram criados e não tramitam mais na instituição de origem, assumem nova face e “outras utilidades por meio da ação cultural social e educativa.” (BELLOTTO, 2010, p. 79), passam a ser caracterizados como depósito da memória. O material ali salvaguardado, entendido como um túnel de acesso ao passado agrega à própria instituição tal caráter.

Esta invenção de espaços de memória cria um discurso que se naturaliza e acaba sendo propagado em nome de uma construção identitária única que congrega interesses variados. Esse processo por sua vez, não explicita os critérios de organização da instituição - a exemplo da seleção de quais documentos permanecem ali e quais serão transferidos/destruídos - muito menos o jogo político e dificuldades envolvidas nesse universo. Ao usuário que se utiliza do produto final desse processo cheio de forças antagônicas, fica a vaga ideia de que esses lugares assumem uma importância memorialista, o documento é monumentalizado e passa a ser ‘vendido’ como patrimônio documental (JARDIM, 1995).

Mas afinal qual é memória que é veiculada pelo Arquivo Público do Piauí? O que o pesquisador que adentra naquele espaço irá encontrar? Tomando Pomian (1984), o que se encontra nos espaços memorialistas, são inutilidades, os semióforos⁴⁰. “Devido ao tempo e ao desuso, esses semióforos interessam-nos pelo significado que possuem, pois trazem a memória, [...], o estilo, as circunstâncias” (OLIVEIRA E SANTOS, 2009, p. 02).

As coleções encontradas em arquivos e museus nada mais são, portanto, que processos construtivos de memória, uma memória selecionada, organizada para atender os interesses daqueles que lhes motivaram a criação e do público que pretende alcançar. Novamente retorna-se a ideia de memória inventada.

Essa memória inventada alimenta os discursos patrimonialistas. Afinal, dotados de um valor privilegiado que os diferencia dos objetos comuns, os semióforos presentes tanto em arquivos como museus ou bibliotecas, se revelam em grau de hierarquização acima dos demais. Imbuídos dessa importância e agregando o valor memorialista, esses objetos são elevados à categoria de patrimônio.

³⁹A teoria das três idades: 1. Corrente: o documento encontra-se em uso constante; 2. Intermediário: o material entra em fase semiativa, ou seja, começa a deixar de ser utilizado com constância; 3. Permanente: aqui o documento já está inativo, perdeu sua função dentro da organização. Pode compor o quadro histórico indo para alguma instituição de guarda ou pode ser eliminado totalmente.

⁴⁰Semióforos para Pomian são os objetos que são colocados à exposição, que não desempenham mais a função para a qual foram criados. Possuem valor de troca, podendo exercer diferentes funções como garantia de status, ou auxiliar na produção de conhecimento como é o caso dos documentos de arquivo.

As primeiras coleções, iniciadas pelos antiquários prepararam o terreno para o surgimento dos museus. Entre os séculos XVI e XIX “as antiguidades são objeto de um imenso esforço de conceituação e de inventário” (CHOAY, 2006, p. 62). São inventariadas por que se atribuiu aos objetos da Antiguidade o caráter histórico, de memória do passado. “Nesse sentido é que se deve compreender que a importância dada pelos antiquários aos monumentos levava em conta somente os fatores históricos, deixando de lado a questão estética, artística” (AZZI, 2011, p. 364). A conservação desta vastidão de antiguidades era realizada através da ilustração realizada em livros e pelos cuidados que alguns antiquários e autoridades religiosas tinham em relação aos bens que faziam parte de suas coleções.

Quando surge a ideia de nação e a construção do Estado, essas coleções irão se constituir em depositários de memória e em elementos formadores de uma identidade. Surge o patrimônio que, desde o início assumiu o papel ideológico, de fundamentar um interesse político; é usado para inventar uma identidade nacional que outrora não existia. É essa invenção de povo e nação homogênea, que proporciona nossa atual concepção de patrimônio. Cria-se a necessidade de preservar os elementos em que é possível acessar o passado. Moldam-se assim, as instituições de salvaguarda desses bens, a exemplo dos arquivos.

Colecionar é classificar, hierarquizar, catalogar; é selecionar valores, padronizar. O ato de colecionar pode ser considerado uma forma de preservação quando são agrupados objetos em sua maioria, destituídos de valor de uso, resguardando-os das intempéries do tempo e da dispersão pelo circuito econômico. Essas características estão presentes no campo do Patrimônio (SENA, 2011, p. 22).

Essa categoria que se pretende representante da cultura de um povo através de seus elementos busca na elaboração de leis preservacionistas o prolongamento da vida desses elementos que por sua vez, ao serem acessados promovem o sentimento de identidade e pertença a um grupo ou nação.

Essas leis, elaboradas pelos órgãos competentes necessitam de recursos vindos do governo, o que nem sempre ocorre. As dificuldades enfrentadas no Arquivo Público do Piauí revelam essa característica. Ora, apresenta-se nesse caso uma antítese de ideias que abarcam toda a questão patrimonial no Brasil.

Se o arquivo é local de memória, de produção de conhecimento e de identidade do Estado, como o mostram as opiniões dos usuários, dos funcionários da Casa e das

matérias veiculadas sobre a instituição, por que as medidas realizadas para a proteção desse local e dos elementos que se encontram ali protegidos não são eficientes para que ele se encaixe dentro do proposto na lei? Se a sua missão é promover o acesso à documentação, por que dentro do próprio local, é possível encontrar obstáculos que dificultam o seu acesso e que, facilitaria muito o trabalho dos funcionários além de promover a pesquisa?

É possível falarmos que o Arquivo Público do Piauí, de fato promove um sentimento de identidade entre os piauienses? A memória ali resguardada pertence a todos e é de interesse de todos ser acessada? A instituição tem cumprido seu papel social de levar conhecimento e cultura à comunidade em geral? Ou ela se constitui em patrimônio apenas nos discursos tanto popular como político? Em que medida o avanço tecnológico afasta ou aproxima o usuário para aquele espaço?

Ao se interrogar sobre o Arquivo do Piauí ou qualquer outro que possa ser classificado como patrimônio a intenção é provocar a sua desnaturalização. Questionar sobre a forma excludente como o Estado enxerga o patrimônio cultural de uma nação tão diversa como a brasileira. Não se quis também com essa análise, reduzir a importância do Arquivo como patrimônio piauiense. O olhar proposto foi analisar os processos de criação e funcionamento do local para promover novos debates, como os que veem ocorrendo com os museus.

Os debates que os estudos antropológicos vem promovendo sobre os arquivos institucionais revelam que esses locais se constituem como representações e práticas de um sistema que se baseia no documento como fonte de prova e de uma memória passada. Se estes se constituem como representações devem ser analisados com uma visão que não fique presa à função que desenvolvem ou sua importância para o meio social. Devem fazer parte da análise dos motivos pelos quais foram criados, da lógica que lhe permite existir e a forma como alcançam seus objetivos. Este exercício permite aprofundar o conhecimento sobre como o homem enxerga, constrói e desconstrói o mundo ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi muito desafiadora. Procurar lançar novas vistas a uma organização com peso patrimonial, foi uma experiência repleta de altos e baixos, principalmente, devido à escassez de informação tanto em relação à Casa Anísio Brito, como leituras voltadas para a desconstrução dos espaços arquivísticos a partir da pesquisa etnográfica.

Esses aspectos, entretanto, já refletiam a pergunta norteadora desta pesquisa. Buscando entender que patrimônio o Arquivo do Piauí deixa transparecer, me vi diante da ausência de informações sobre o local, fato que se deve considerar. Da mesma forma, o arcabouço teórico revelou que as pesquisas que buscam desconstruir esses espaços ainda são incipientes.

A fim de perceber isto, foi necessário antes entender que os espaços de memória, como museus e arquivos, para além das falas apaixonadas sobre acessar uma memória, são construções discursivas. E, enquanto tal, são totalmente desprovidas de uma naturalidade.

Ao contrário, são locais onde a artificialidade se faz presente em cada aspecto, desde a escolha e preparação do local, a seleção de um fundo documental, os meios considerados adequados ao seu manejo e a própria relação estabelecida entre quem é servidor e quem é o usuário. A própria origem dos arquivos remete a sua não naturalidade: foram criados para suprir a necessidade de guarda dos documentos que surgiam à medida que a administração governamental ia se tornando mais complexa.

Também como construção social, o patrimônio deve ser analisado sob olhares múltiplos. Os discursos em torno do surgimento dessa categoria remetem a um projeto de nação e uma identidade associada a ela. Mas há que se perguntar: todos se sentem representados pelos elementos que o poder estatal considera patrimônio? Kipper (2015) realizou um estudo onde mostra um cruzamento entre o patrimônio oficial e o que a sociedade considera como elemento representativo.

Tendo em mente esses dados, partir para o campo, realizando uma pesquisa de cunho etnográfico representou o segundo passo. Novamente as adversidades que permeiam toda pesquisa se fizeram presentes. Graças a um não engessamento de métodos que a pesquisa qualitativa possibilita, pude tomar conhecimento do uso das

conversas do cotidiano. Essas conversas auxiliaram na percepção de dados que um método mais rígido poderia não revelar.

O que se percebeu foi em tornoda Casa Anísio Brito foram construídos diversos discursos. O discurso do Estado, que lhe oficializou a criação sob a égide do patrimônio histórico; o discurso dos funcionários que trabalham no local e que, reclamam para si a função de guardiões dos documentos e do espaço; discurso dos usuários que fazem uso do local. é também o discurso da imprensa que registra a situação da instituição.

Essas dificuldades, por sua vez, põem em xeque a proteção do acervo ali abrigado e o acesso a eles. Assim que patrimônio é este que o estado do Piauí e a sociedadeclama para si como formador de uma identidade piauiense e que se encontra, muitas vezes, desassistido pelas políticas públicas elaboradas para ampará-lo?

Ainda na seara das políticas para o patrimônio,a situaçãoque o Arquivo Público do Piauí deixa transparecer é um patrimônio histórico desprivilegiado se compararmos com outros espaços culturais. Não se quer com isso dizer que os demais espaços sejam agraciados com políticas públicas eficazes. Basta tomar como exemplo, a Serra da Capivara.

A participação da população desempenha papel de importância para que as medidas de proteção a determinado bem sejam postas em prática. Ora se a maioria das pessoas desconhece as atividades desenvolvidas na Casa Anísio Brito ou se não se sentem identificadas com o local e com o material que salvaguarda, que interesse elas terão em defendê-lo?

Em uma sociedade cada vez mais informatizada, onde a velocidade de informações é imensa, as formas de armazenamento diversas e as memórias que podem ser acessadas de aparelhos cada vez mais modernos, que papel desempenham os Arquivos? Segundo Stuart-Stubbs (1989 *apud* JARDIM, 1992) o futuro da informação registrada e, portanto, dos Arquivos, estaria baseado no meio no qual a informação encontra-se registrada. Assim, é cada vez maior o número de arquivos que tem feito uso de novas tecnologias para difundir suas atividades e conteúdo. Essa atividade tem o intuito de também promover longevidade ao documento original.

É visível que o despontar de novas tecnologias e o fluxo de informações tem reorientado todas as práticas arquivísticas: a adequação física e tecnológica para o recebimento desses novos documentos, as novas formas de preservação e acesso, qualificação de pessoal para lidar com esse material. Segundo Millar (2013) cerca de três quartos da informação mundial em 2000 foi repassada em formato digital. Não é

sem motivo que as instituições tem realizado uma corrida para se adequarem a esta nova realidade.

Mas, tanto esta adequação, como a manutenção do sistema já existente, tem um preço que tem deixado de ser pago e que opera baseado em diversos outros interesses. Esta situação tem se tornado cada vez mais visível, pois cada vez mais instituições arquivísticas têm aparecido na mídia revelando o estado de penúria em que se encontram, como o caso do Arquivo do Rio de Janeiro, abordado na última seção. Com o Arquivo piauiense a situação não é diferente.

Dessa maneira, o discurso que produziu essas instituições é o mesmo que tem deixado ou tem relaxado nas medidas que possibilitam o funcionamento desses espaços. O patrimônio documental – e os patrimônios em geral - outrora tão aclamados, têm encontrado cada vez mais novos caminhos a trilhar. Esses caminhos lhes fornecem configurações que devem ser analisadas pelas diversas áreas do conhecimento, pois implicam reconhecer que a produção cultural é mutável e constante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Quando o campo é o patrimônio:** notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul/dez. 2005.
- _____. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva.** Apostila Seminários Temáticos: Arte e Cultura Popular – Museu Casa do Pontal, 2012.
- _____. **La Antropología y el patrimonio.** *Revista Colombiana de Antropología*. Vol 46 (I), enero-junio, 2010.
- ANDE, Edna; LEMOS, Sueli. **Roma: arte na idade antiga.** São Paulo: Callis Ed, 2011, p. 19. Disponível online em: <https://books.google.com.br/books/roma+arte>. Acesso em 25/03/2016.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.** Traduzido para o espanhol por Eduardo L. Suarez (Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo). Fondo de Cultura Económica, México, 1993.
- ANJOS, Claudiana Cruz dos. SOARES, Rafaela Rocha. **Trajetória da Praça Marechal Deodoro.** In: REGO, Ana Regina (orgs). **Piauí: história, cultura e patrimônio.** Instituto Camilo Filho: Teresina, 2010.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2004.
- ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida.** *Revista Estudos Históricos*, vol. 11, nº 21, 1998.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo.** Rio de Janeiro, 2005.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade.** Lisboa: 90 Graus Editora, 2005.
- AZZI, Christine Ferreira. **O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento.** *Universidade Federal de Santa Maria*, v. 21, n. 43. Jul/Dez, 2011.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. Os Arquivos, a Arquivística e o discurso: alguns marcos históricos e conceituais. **Revista Informação Arquivística**, v. 2, n 1, Jan/Jun2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2001.
- BRASIL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. LEI ° 8. 159 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre os Arquivos. 1991.

BASQUES, Cristiane. **O patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição:** estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites. 2014, 215. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, 2014.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea.** Ver Amp. 2º Ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **A função social dos arquivos e o patrimônio documental.** In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. **Tempo, memória e patrimônio cultural.** EDUFPI: 2010.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **A informação arquivística:** da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.** Revista do Patrimônio, IPHAN, nº 23, 1994.

CASTRO, Celso Correa Pinto de. **Pesquisando em Arquivos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A trajetória de um arquivo histórico:** reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 36, julho-dezembro de 2005.

_____. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Quando o campo é o arquivo.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 36, julho-dezembro de 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3ª ed. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

COLOMBIA. **Ley 1379 de 2010 (Enero 15):** por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones.

CONARQ. <http://conarq.gov.br/o-conselho.html>. Acesso em 21/12/16.

CORREIA, Telma de Barros. **Art Déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 16, n 02, jul/dez, 2008.

CRUZ-MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística.** Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Madrid: Pirámide, 1994.

COSTA, Alexandre de Souza. **Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2011.

COSTA, Alexandre de Souza. **Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2011. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean Yves (org.). **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DAMATTA, R. **O ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”**. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zhara, 1978.

DECRETO LEI Nº 25. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em 29/01/2017.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo Ática, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **Ao arquivo, com carinho**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 21, 1986.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept off Archival description. **Archivaria**, nº 35, 1993.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil**. Seminário Internacional de Políticas Públicas. Fundação Casa de Rui Barbosa, 22 e 24 de Setembro de 2010.

FERREIRA, Marina Fares. Educação e Arquivo: um encontro necessário. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, vol. 3, 2011, p. 1-4.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Editora da UFRJ/IPHAN, Rio de Janeiro, 1997.

FOLHES, Rodrigo Theophilo. **O antropólogo como nativo: etnografia sobre a produção do relacionamento etnográfico (William Crocker e os Ramkokamekra/Canela)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Maria Odila Kahl. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico: quadros em movimento. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 05-20, jan./jun. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREHSE, Fraya. **Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 36, julho-dezembro de 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. 2º Ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FUSTER RUÍZ, Francisco. **Archivística, archivo, documento de archivo: necesidad de clarificar conceptos**. Anales de documentación, 2, 1999.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas**. In: ROUSSEAU, Jean Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico**. In: GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 4º Ed. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: entre memória e a História (1971-1978)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. **Ressonância, materialidade e subjetividade:** as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, nº23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. **A alma das coisas:** patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.

GOODY, Jack. **A lógica da escrita e a organização da sociedade.** Lisboa: Edições 70, 1986.

GUIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. 1ª ed. Teresina-Pi: FUNDAC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 10º ed. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEYMANN, **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais:** o lugar dos documentos. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita.** 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HORA, Sérgio Ricardo Almeida da.; SATURNINO, LuyzPaulloTargino; SANTOS, Eliete Correia dos. **A evolução do Arquivo e da Arquivologia na perspectiva da História.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-historia/33326/>. Acesso em 08/01/2017.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Iphan, 2014.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil.** Niterói: EDUFF, 1995.

_____. **A invenção da memória nos arquivos públicos.** Revista Ciência da Informação, v. 25, nº 2, 1995.

_____; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado de arte. **Revista Ciência da Informação**, v. 5, nº 5. Outubro, 2014.

_____. **Políticas públicas de informação:** a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008.

_____. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980**. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

KERSTEN, Márcia Schotz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KIPPER, Bernardo MAhlmann; BARTH, Marina Amanda; KLAMT, Sérgio Celio. **O patrimônio cultural em Santa Cruz do Sul sob a ótica da comunidade**. Projeto de Seminário de Iniciação Científica. 2015 [online]. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/13615>. Acesso em: 17/05/17.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. Trad. Maria-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LATOUR, Bruno. **Não é a questão**. Anthropology News, 37 (3): 1-5, mar, 1996.

LEÃO, Marina Soares. **A representação social do patrimônio cultural para a formação do sentimento de pertença do sujeito social**. 2009. 34f. Monografia (Especialização em Gestão de Território e de Patrimônio Cultural) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2009.

LEDERMAN, Rena. 1985. The Structure of Indigenous Development in Mendi. Trabalho apresentado ao simpósio Equality and Hierarchy in Historical Counterpoint, American Anthropological Association, Washington, D.C. In: Sahlins, Marshall. **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I)**. Revista Mana 3 (2), 1997.

LEI Nº 4515, DE 09 DE NOVENBRO de 1992. Dispõe sobre a constituição do patrimônio cultural do estado do Piauí. DIÁRIO Oficial do Estado do Piauí, nº 215, p.02, 13/11/1992.

LEI Nº 3.602, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006, que dispõe sobre a questão patrimonial no Município de Teresina. Disponível no site <http://semplan.teresina.pi.gov.br/>.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LE MOS, Flávia Cristina Silveira; CRUZ, Franco Farias; SOUZA, Giane. Tecendo a trama histórica de análise dos documentos com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guatarri. **Revista do Difere**, v. 4, n 7, Junho/2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A crise moderna da antropologia**. In: Revista de Antropologia. Vol. 10, nº 1 e 2. Julho e Dezembro de 1962.

LODOLINI, Elio. **El Archivol del Ayer al Mañana**. Conferência pronunciada pelo autor no dia 17 de Novembro de 1993 no Archivo Histórico Nacional. **Boletín ANABAD**, 1/1995.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, São Carlos, EDUFScar, 1997.

LOPEZ YESPES, José. **Notas acerca del concepto y evolución del documento contemporâneo**. [artigo online] Disponível em: <http://studylib.es/doc/4859216/notas-acerca-del-concepto-y-evoluci%C3%B3n-del-documento>. 2010. Acesso em 18/01/2017.

LOUSADA, Mariana. ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. **A Mediação da Informação e a Arquivística: aproximações Teóricas**. In: VALENTIM, Marta. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária, 2012.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do curso de Arquivologia da Unirio: dos primeiros passos à maturidade universitária?** 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. **Aspectos psicodinâmicos da relação homem trabalho: as contribuições de C. Dejours**. Psicologia, ciência e profissão. V. 15, nº 1-3, Brasília, 1995.

MENDO-CARMONA, C. Los archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad. In: RUÍZ RODRIGUEZ, A. **Manual de archivística**. Espanha: Sínteses, 1995.

MERCIER, Paul. **História da Antropologia** São Paulo: Moraes, s/d.

MIGUÉLEZ GONZÁLEZ, Elvira-Julieta. **Concepto y método de restauración del documento gráfico**. Berceo, Logronho, n. 128, 1995.

MILLAR, Laura. **“Progress is the law of life”**: creating a strategic vision for records and archives management. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XIX**. Associação dos Arquivistas Brasileiros: Rio de Janeiro, 2013.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Historiadores, arquivistas e arquivos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

MIRANDA, Élvio C. **Arquivologia e Procedimentos Administrativos**. [s.l]: FACON, 2010.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Cristina Patriota de. **Viver entre muros: o sonho da aldeia**. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs). **Pesquisas urbanas: desafios o trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. **Entre o público e o privado: o tombamento do patrimônio cultural em Marília-SP**. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, nº 32, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Revista História & Cultura**, v. 10, Jul/Dez. São Paulo, 1993.

NUNES, Antonietta Aguiar de. **O arquivista frente às novas tecnologias e novas organizações administrativas da informação**. Revista Inquice, nº 2, maio de 2000.

OLIVEIRA, Edileusa Santos; SANTOS, Ana Elizabeth Alves. **A inutilidade dos lugares de memória: a Biblioteca Verde de Carlos Drummond de Andrade**. Revista Espaço Acadêmico, nº 96, maio de 2009.

PADRON, LlanesDunia. La descripción archivistica: um antes y undespues marcado por Isad (g) y losnuevos paradigmas archivísticos. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PARRELA, Ivana D. **Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia**. Revista Ciência da Informação, Distrito Federal, v. 41, n 1, jan/abri, 2013.

PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-Pi: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 2005**. 141f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PEIRANO, Mariza G. S. **Etnografia não é método**. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 2, n. 42, jul/dez, 2014.

_____. **Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada)**. In: **O que ler na Ciência Social brasileira**. MICELI, Sérgio (org.). São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS. Brasília, DF: CAPES, 1999.

PEÑA, Juan Miguel Palma. **El patrimônio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad.** Revisión conceptual, legislativa e informativa para una educación sobre patrimônio. Cuicuilco, v. 20, num. 58, septiembre-diciembre, p. 31-57, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos, v. 05, nº 10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção.** In: **Memória e História.** Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1984.

Programa Memória do Mundo. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>.

RÊGO, Ana Regina; OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **O jornalismo piauiense como instrumento de memória e história.** 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Minas Gerais, 2013.

REVISTA CIDADE VERDE. 29 de novembro de 2015, ano 05, edição 125.

REZENDE, Cláudia Barcellos. **Mágoas de amizade:** um ensaio em antropologia das emoções. Mana 8 (2), 2002.

RIBEIRO, Fernanda. **Da mediação passiva à mediação pós-custodial:** o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. Revista Informação e Sociedade: Estudos. João Pessoa, vol. 20, n 1, jan/abr. 2010.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Contribuições internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil (1959-1977).** In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha/org. **História da Arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio Documental Nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência de Informação.** V. 14, n 01 jan/abril, São Paulo, 2016.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção (parte I). **Mana**, 3(1), 1997.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 31, 1990.

SANTOS, Natália Cabral dos. **Intelectuais, construção da nacionalidade e Estado Novo.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e Práticas Científicas. Rio de Janeiro, 28 de Julho a 1º de Agosto de 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Tradução de Antônio Chelene, José Paulo Paes. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e práticas**. 6 ed. RJ: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kisêdjê**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)**. 2011. 172f. Dissertação (Mestrado em História, Política e bens culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2011.

SILVA, Mônica Maria Santana. **Museu do Piauí ‘Casa de Odilon Nunes em Teresina – Piauí: um estudo antropológico sobre patrimônio cultural e educação patrimonial**. 2016. 107f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SOLIS, Sydney Sérgio Fernandes. ISHAQ, Vivien. **Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação?** Revista do Patrimônio, n. 22, p. 186-190, 1987.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação**. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2011.

STUART-STUBBS, Basil. **Keynote adress: whither information**. In: MANAGEMENT of recorded information: converging disciplines. MundlCn; London; New York; Paris. Saur. 1989 *apud* JARDIM, José Maria. **As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos**. Revista Estudos Históricos v. 05, nº 10, 1992.

TERESINA. Lei nº 1942, de 16 de agosto de 1988. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no território do município de Teresina.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias, “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima. BELTRÃO, Jane Felipe. ECKERT, Cornélia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. ABA. Blumenau: Nova Letra, 2007.